

# GEOHISTÓRIA

## Viagens e Viajantes no Século XIX

KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO

LE EDITORA

# GEOHISTÓRIA

## *Viagens e Viajantes no Século XIX*

# GEOHISTÓRIA

## *Viagens e Viajantes no Século XIX*

**KÁRITA DE FÁTIMA ARAÚJO**

BOA VISTA/RR
2024

**Editora IOLE**

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.




EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ar3 ARAÚJO, Kárita de Fátima

Geohistória: Viagens e Viajantes no Século XIX. Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 127 p.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-79-3
https://doi.org/10.5281/zenodo.10644643

1 - Brasil. 2 - Geografia. 3 - Geohistória. 4 - Viagens. 5 - Viajantes.
I - Título. II - Araújo, Kárita de Fátima. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



# EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Prof. Dr. Elói Martins Senhoras*

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

# SUMÁRIO

PRÓLOGO | 11

INTRODUÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 |
Geopolítica das Viagens: Instituições Científicas e
Apropriação do Território Brasileiro Pelas Potências Europeias 25

CAPÍTULO 2 |
Métodos e Modelo de Investigação dos
Pioneiros Viajantes Modernos: Humboldt e Darwin 47

CAPÍTULO 3 |
O Século das Luzes à Luz da Ciência: Contribuição do Pensamento Científico 93

REFERÊNCIAS | 111

SOBRE A AUTORA | 119

A verdadeira felicidade está na própria casa, entre as alegrias da família

**Leon Tolstói**

Aos meus pais, esposo e filho, por me proporcionarem conhecer a felicidade

**Kárita de Fátima Araújo**

# PRÓLOGO

# PRÓLOGO

Entre dezenas de relatos de viagem, alguns elementos sempre se repetem: a exuberância da natureza, as riquezas naturais e minerais disponíveis em nosso território e, em especial, o misto entre deslumbre e estranhamento que insiste em povoar a visão de mundo dos viajantes estrangeiros em nosso país. O contato com o Brasil produziu relatos que nos permitem compreender o quão inusitado foi o encontro do europeu como nossa fauna, flora e gente. Isso se reflete tanto nos textos como nos desenhos e pinturas, entre as quais, as produzidas por Rugendas, extremamente realistas e precisas, com cores vivas e detalhes que impressionam. O pintor consegue nos transportar para sua obra, coloca-nos a imaginar a cena do Encontro de viajantes naturalistas com índios, e o espanto que certamente existiu de ambos os lados. O interesse pela descoberta de novos lugares e, como mais tarde entendemos, sua potencialidade econômica, fora a grande motivação das viagens durante o século XIX para o Brasil e as Américas. O propósito científico esteve presente, por certo, mas, frequentemente acompanhado de outras "necessidades". Os viajantes, especialmente aqueles ligados à ciência, caminhavam sob olhar atento e método rigoroso de pesquisa e interpretação. Alguns serviram de inspiração para muitos outros e, nesse período, reuniram rico acervo geográfico, histórico, linguístico e iconográfico.

Neste livro, buscaremos esclarecer alguns conceitos essenciais a esse trabalho, como o de território, determinante também para a constituição da ciência geográfica e do pensamento geográfico como observaremos nos relatos de viagem do capítulo seguinte. Além disso, é imperativo resgatar os caminhos traçados pelo pensamento científico no século XIX, quem foram seus principais autores e a influência de suas construções intelectuais para os viajantes que neles se inspiraram.

# PRÓLOGO

**Figura 1 - Encontro de Índios com Viajantes Europeus**



Fonte: Johann Moritz Rugendas (1835).

*Eu apenas saí para fazer uma caminhada, e*
*por fim decidi permanecer ao ar livre até o pôr do sol,*
*porque sair, eu descobri, era na verdade entrar*

**John Muir**

# INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO

A visão construída sobre o Brasil no olhar dos viajantes estrangeiros perpassa pelo próprio processo de colonização, afinal, durante o século XIX, quando a maior parte deles esteve no país, passávamos por um processo de transição do status de colônia para Império e, posteriormente, para República. O processo de colonização pressupõe, como mencionado anteriormente, consequências definitivas para a economia, política e cultura das colônias, segundo Moraes (2008) em uma ótica geográfica, a *valorização do espaço*.

Essa valorização que se confunde com a própria ocupação do planeta e o que o autor chama de "antropomorfização", pode-se dar através da apropriação dos meios naturais, da transformação dos mesmos e da "reapropriação" dos meios transformados. Esse último, atribui ao espaço (re)apropriado um valor de uso adequando-o segundo a necessidade e a organização social vigente. A valorização do espaço pode ser, portanto, entendida como um processo histórico no qual seu fim último seria a formação de um território (MORAES, 2008, p. 42-44).

Sobre esse conceito, caro à análise geográfica e presente em seu *constructo* desde as contribuições *ratzelianas* no âmbito da geografia política, entendemos que seu significado está diretamente atrelado ao valor que é dado a ele, materialmente ou ideologicamente. Assim, não é possível tratar do território sem falar em apropriação, ocupação, exploração e, frequentemente, em disputa e conflito.

Se a relevância dessa categoria para a geografia reside no fato de indicar uma visão social do objeto geográfico, permite ainda o aprofundamento da relação entre sociedade e espaço em si, a partir de uma ótica dialética de interpretação. Torna-se possível ainda, a

identificação dos agentes do processo de *produção desse espaço*, que se manifestam através de discursos, representações e articulações específicas (MORAES, 2008, p. 45-46).

Entre esses agentes, figura o Estado moderno, um dos mais significativos e que foi responsável por conduzir ocupações territoriais em variados contextos. O território está intimamente ligado ao Estado por ser a jurisdição legal sobre a qual o mesmo exerce seu poder. As abordagens mais recentes no trato com a categoria território advém do século XX quando, segundo Moraes, ele passa a ser interpretado como um resultado histórico da relação entre sociedade e espaço (MORAES, 2008, p. 52).

Para o autor, o Estado moderno, que está na base da formação territorial do século XIX, encontrou na lógica capitalista uma nova forma de expansão e organização espacial. No contexto dessa nova lógica, encontram-se as colônias, territórios dispersos e não contíguos à metrópole que figuram na periferia do mundo capitalista (MORAES, 2008, p. 54-56).

Os territórios coloniais são fruto de um processo de ocupação em que há uma efetiva apropriação do espaço, ou seja, a criação de uma estrutura nas terras colonizadas que responde aos interesses da metrópole. Ainda que o processo de colonização em si fosse determinado pelas particularidades de cada Estado metropolitano, alguns elementos apareciam recorrentemente. Entre os quais, a militarização e o enfretamento com as populações locais, inerentes ao próprio processo de ocupação (MORAES, 2008, p. 64-65).

A "variedade" do que era possível de ser encontrado nos territórios coloniais também era um fator de importância. Poderiam ser "atrativos" locais, como recursos naturais, entre os quais aqueles mais raros, como ouro e prata; estoques populacionais, que serviriam como mão-de-obra; estruturas produtivas previamente consolidadas e que poderiam ser aproveitadas pela metrópole. A diversidade dessa

"oferta" local seria determinante para a diferenciação das colônias de exploração ou povoamento, além disso, os recursos imediatamente encontrados serviriam para possibilitar a instalação do empreendimento colonial, que seria progressivamente ampliado conforme avançasse a ocupação de novas terras (MORAES, 2008, p. 66-68).

O processo de colonização, que avançaria a partir de *zonas de difusão* e *áreas de trânsito*, seria responsável ainda pela delimitação dos *fundos territoriais*, áreas geralmente pouco conhecidas, de delimitação incerta que compõe "estoques" para apropriação futura. Trata-se, segundo o autor, dos "sertões", em sua mais variadas formas e aparições (MORAES, 2008, p. 69), que, conforme veremos nos capítulos seguintes, ganham tantos contornos quanto possível nos relatos de viagem.

Se o processo de colonização foi impulsionado, em grande medida, pela atração do colonizador pela descoberta de terras antes nunca conhecidas, podemos afirmar que as chamadas *mitologias geográficas*, como o já mencionado Sabarabuçu ou Serra das Esmeraldas, serviram como motor para expedições e contribuíram, por certo, para o reconhecimento dos espaços extra europeus (HOLANDA, 2000).

A ideia dos mitos, chamados de fundadores por José Murilo de Carvalho, compreende, juntamente com as ideologias, utopias, símbolos, alegorias e rituais, os elementos que compõe o imaginário social. O *mito* pode se tornar um poderoso elemento de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. E, uma vez que, tenha êxito em atingir o imaginário social, pode ainda moldar visões de mundo e condutas sociais (CARVALHO, 1990, p. 10).

Chaui (2000) afirma que o mito não deve ser visto apenas como uma narrativa de feitos lendários, mas também como uma "solução imaginária para certas tensões, conflitos e contradições que

não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade". Um mito fundador "impõe um vínculo interno com o passado de origem [...] e não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias" (CHAUI, 2000, p. 09).

Para a autora, esses mitos foram construídos a partir de elementos advindos do período de conquista e da colonização da América e do Brasil. Os três principais elementos considerados "sagrados" são a natureza – a "visão do paraíso" assim chamada por Sérgio Buarque de Holanda – a história teológica providencial e profética e; o governante, símbolo da graça de Deus. Dessa forma, as terras recém "descobertas" constituem invenções históricas e construções culturais. O Brasil, por sua vez, ao ser "inventado" como uma "terra abençoada por Deus" é construído em sua origem como um mito fundador (CHAUI, 2000, p. 57-58).

Nesse sentido, desde o início da colonização o mito da "Ilha Brasil" foi fundamental para orientar Portugal em suas decisões sobre como operacionalizar e executar suas atividades no interior do território brasileiro. Tal "mito" consistia na crença da existência de uma "ilha" cercada pelas águas de rios da bacia do Amazonas e do Prata: "Já na primeira metade do século XVI, entre 1528 e 1543, João Afonso, piloto português ao serviço da França, fala nas suas obras da existência duma ilha Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e o Prata" (CORTESÃO, 1956, p. 135).

A ilha, que passou a ser denominada de "Dourado", "Eupana", "Laguna encantada Del Paytiti", "Paraupaba", tinha a crença na sua existência ampliada na medida em que novas bandeiras eram realizadas. O mito sobre a ilha, entretanto, deslocava-se cada vez mais para o ocidente, contrariando as fronteiras previamente demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas e fornecendo a Portugal uma "legitimação poderosa à vontade política expansionista da

Coroa, conferindo limites geográficos alternativos para o empreendimento colonial" (MAGNOLI, 1997, p. 47).

Nesse sentido, os mitos constituíram-se como um vetor positivo na busca por riquezas naturais no interior do território. A possibilidade de se encontrar ouro e prata fazia com que os obstáculos para adentrar em um espaço desconhecido se tornassem pouco relevantes. Assim, "lugares extremamente insalubres ou distantes foram ocupados rapidamente quando dotados de reservas minerais valiosas" (MORAES, 2008, p. 66).

Se os mitos e lendas cumpriram o papel de fomentar o interesse estrangeiro sobre as terras recém descobertas, eles também foram responsáveis por povoar o imaginário europeu no século XIX e impulsionar a vinda de viajantes aos mais longínquos territórios, entre os quais, o Brasil.

As motivações para tais viagens foram as mais diversas. Ao observarmos a Figura 1, anteriormente apresentada no prólogo, entendemos que os países mais engajados no envio de viajantes às Minas Gerais do século XIX foram França, Alemanha e Inglaterra, todas potências imperialistas no curso do desenvolvimento econômico e industrial de seus territórios.

Ressalta-se que a Alemanha não era uma nação consolidada durante praticamente todo o referido século. Tratava-se, pelo contrário, de um conjunto de territórios, entre ducados, reinos e principados que não conheciam unidade econômica ou política. Esse cenário, que começou a se modificar em 1815 na "Confederação Germânica", alterou-se ao longo do século XIX, mas, consolidou-se apenas em 1870 com a unificação nacional. Um processo impulsionado pela própria solidificação do capitalismo aliada ao expansionismo napoleônico sobre o território alemão (MORAES, 2005).

A França, por sua vez, realiza o que Moraes (2005) chama de "total varredura do sistema feudal", constituindo, a partir da Revolução Francesa, um Estado que garantisse os interesses da burguesia. Ao contrário da vizinha Alemanha, a França já possuía um território unificado e o poder estava centralizado nas mãos da monarquia absolutista. A burguesia, bem estruturada ideologicamente, comandou a revolução popular e questionou a estrutura vigente, instaurando o capitalismo no país.

A Inglaterra, pioneira na Revolução Industrial no século anterior, reunia já naquele período todas as condições para promover tal revolução. Além de possuir previamente uma estrutura de manufaturas instaladas em seu território, o país que já havia feito sua "revolução agrícola" através dos cercamentos e da modernização da agricultura, passou a fornecer ainda, proveniente do campo, mão-de-obra para a própria indústria. Por fim, essa potência imperialista do século XIX contava com vasto mercado consumidor, tanto no próprio país, como nas colônias. Assim, a Inglaterra aparece como um grande ator no século XIX, tornando-se "preponderante sobre as demais potências europeias porque teve condições de, pioneiramente, colocar em funcionamento do dínamo da modernização econômica proporcionado pela Revolução Industrial" (LESSA, 2005, p. 89).

Após investigação da origem e propósito ou interesse das viagens empreendidas pelos estrangeiros, foi possível identificar algumas motivações comuns, facilitando, assim, a organização e entendimento do conteúdo levantado. Contatou-se que, da Alemanha, o propósito principal das viagens foi a pesquisa científica. Seja ela ligada a expedições oficiais ou de interesse particular. A França também enviou significativo número de viajantes interessados na pesquisa científica, também vinculados a expedições oficiais. O mesmo acontece se observarmos os viajantes estadunidenses ou suíços.

A Inglaterra, apesar de ter enviado alguns nomes de relevância científica, como John Mawe e Richard Burton, teve mais viajantes interessados em negócios comerciais com o Brasil que, propriamente, cientistas. O próprio Burton se encaixa nessa condição, como veremos adiante. Isso provavelmente explique o interesse comercial inglês na exploração das minas de ouro e ferro no século XIX. As grandes companhias mineradoras que se instalaram no Brasil ao longo desse século, foram, em sua maioria, inglesas.

Interessante observar que, para além dos países que "enviaram" apenas um ou dois viajantes (o que dificulta a visualização de um padrão no interesse das viagens), a Dinamarca, enviou quatro viajantes renomados, todos eles envolvidos com a pesquisa científica, mas, na área da paleontologia. Três dos quais, inclusive, viveram e trabalharam juntos em Lagoa Santa-MG, onde foi levantado e coletado rico acervo paleontológico posteriormente enviado à Dinamarca pelos pesquisadores.

A Itália, por sua vez, "enviou" cinco viajantes às Minas Gerais do século XIX. Nenhum, entretanto, envolvido com pesquisa científica. Apesar de terem produzido obras de interesse social e cultural, os italianos empreenderam viagens por interesses que designamos como "pessoais". Ou seja, com financiamento próprio, com objetivo de conhecer e explorar o território brasileiro, mas, sem propósitos científicos, comerciais ou políticos.

Entre os viajantes, identificamos ainda alguns que ocupavam cargos governamentais (geralmente de Cônsul) de seu país de origem, que, empreendendo viagens de interesse diplomático, relataram o trajeto e suas observações pessoais na forma de diários, cartas oficiais ou obras propriamente ditas (com fins de publicação).

Feito, portanto, o prévio levantamento dos viajantes, suas obras e nacionalidade, que muito dizem a respeito da

intencionalidade de sua vinda ao Brasil e mais especificamente às Minas Gerais no século XIX e, entendendo à luz das proposições de Moraes (1991) e Anselmo (2000) que a formação territorial brasileira perpassa pela construção da identidade nacional aliada à unidade territorial, torna-se importante verificar qual o discurso produzido pelos viajantes em relação às Minas Gerais.

Suas elaborações foram construídas acerca da exuberância da natureza e da riqueza mineral, mas também sobre a vida e os homens do lugar e, assim, entendemos que análise das obras deve partir dessas perspectivas e, essencialmente, dos conceitos de paisagem e território, para que, efetivamente possamos compreender a "racionalidade" (no sentido colocado por Habermas) que foi sendo orquestrada de fora e por dentro da sociedade brasileira. Sem dúvida os relatos dos viajantes expressam as intencionalidades de poderes externos e internos da complexa formação territorial brasileira que inclui, como Moraes (1991) afirma na proposição desse conceito: um constructo de nacionalidade atrelado profundamente no sentido da territorialidade.

Ótima leitura!

*Profa. Dra. Kárita de Fátima Araújo*

# CAPÍTULO 1

*Geopolítica das Viagens:*
*Instituições Científicas e Apropriação do*
*Território Brasileiro pelas Potências Europeias*

# GEOPOLÍTICA DAS VIAGENS: INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PELAS POTÊNCIAS EUROPEIAS

O ato de viajar carrega consigo alguns significados bastante distintos. Pressupõe interesses, possibilidades e condições necessárias para fazê-lo. O propósito das viagens hoje não se assemelha ao que era há 100 anos. Moreira Leite (1997) mostra-nos que a viagem no início do século XIX possuía um papel educativo, que se transfigurou em um meio de divulgação dos lugares visitados, especialmente através de jornais ou revistas da época ou, em uma forma de divulgar o conhecimento científico adquirido pelos viajantes.

A ciência no século XIX, era, portanto, parte essencial do "processo" da viagem. Não se pode, nesse sentido, entendê-la de forma despretensiosa, pois, cumpria dois papeis importantes: a expansão do conhecimento e a expansão do domínio territorial dos grandes impérios da Europa (FETZ, 2011). Ambos estiveram, nesse sentido, claramente atrelados, especialmente no século XIX.

Antes que o interesse geopolítico se apropriasse do conhecimento científico, a ciência era praticamente uma ambição, um "chamado". Se até meados do século XIX era pouco provável que algum cientista tomasse a ciência como "profissão", no decorrer do chamado "século da ciência" (entre 1789 e 1914), o cientista ganhou mais independência e sua atividade tornou-se prestigiosa (SCHWARCZ, 1993).

É durante esse século que as ciências naturais encontraram grande valorização, principalmente por meio da "teoria da evolução" de Darwin e seu impacto na (re)construção do conhecimento adquirido até ali. Não foi diferente com as ciências sociais, que se

distanciaram da literatura na busca por uma autodefinição que afastasse a análise do indivíduo e a aproximasse dos fatos sociais (SCHWARCZ, 1993).

A ciência que chegou ao Brasil, em grande parte absorvida do conhecimento produzido na Europa e trazida pelos viajantes e cientistas estrangeiros, está intimamente ligada às teorias evolucionistas e social-darwinistas que, para Schwarcz (1993, p. 41), são amplamente popularizadas como justificativas teóricas para práticas imperialistas de dominação. Não negando o fato, há de se considerar que apesar da força e da hegemonia do positivismo clássico, o século XIX foi marcado por complexos embates epistemológicos em vista das grandes transformações presentes ao tempo. Não se pode desmerecer as influências kantistas e todo a movimentação dialética trazida por Hegel e debatida por Marx que agitaram, sem dúvida, não apenas o campo científico, mas todo o sentido do desenvolvimento humano presentes nesse conturbado século.

O conhecimento científico, consumido pelas elites brasileiras, primeiramente como modismo e, tempos depois, como prática, segundo Schwarcz (1993), fez com que essa mesma elite se aproximasse dos modelos de civilidade e conhecimento vindos da Europa. O próprio D.Pedro II, conhecido por suas frequentes aparições em reuniões científicas, expedições e exposições, enxergava a ciência como uma referência, um caminho para mudar a imagem do Brasil no exterior.

Para que isso fosse possível, era preciso construir uma nova significação para o Brasil que afastasse as características de atraso e selvageria e trouxesse em seu lugar uma "imagem" de modernidade e o progresso. Esse processo, como se sabe, deu-se com maior intensidade nos últimos trinta anos do século XIX, quando não só a ciência seria responsável pela condução da sociedade rumo à evolução almejada. Mas, as reformas necessárias seriam

amplamente sentidas nas cidades e em suas obras de saneamento, viabilizadas a partir da implementação de projetos social-darwinistas e do racionalismo científico.

Para Schwarcz (1993, p. 47), "o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização". A *máxima* dessa afirmação foi sentida também nas principais instituições científicas do país, responsáveis pela projeção do Brasil em nível internacional e pela modificação de sua imagem. Entre as quais figuram os Museus e os Institutos Histórico e Geográficos.

No que se refere aos Museus, essas instituições passaram, a partir do século XIX, a dedicar-se à etnografia e ao resgate, preservação e exibição de objetos materiais que refletissem a história e o cotidiano no Novo Mundo. Para garantir a acumulação desse material, era preciso que cientistas, ou os "filósofos viajantes[1]" , quase sempre com auxílio de instituições científicas, se dirigissem à lugares até então pouco ou nunca explorados (SCHWARCZ, 1993, p. 89).

As datas de criação dos principais museus brasileiros atravessam todo o século XIX. O Museu Nacional, por exemplo, foi fundado no início do século, em 1808. Já o Museu Paraense Emílio Goeldi em 1866 e o Museu Paulista, em 1894. Schwarcz (1993) afirma que foi somente a partir da década de 1870 que o panorama intelectual no Brasil foi efetivamente modificado. A partir de então,

[1] Expressão utilizada por Stocking (1968) para se referir ao conjunto dos viajantes naturalistas, americanos e sobretudo, europeus, que, rumavam em direção à países distantes para obter coleções que confirmassem expectativas teóricas antes formuladas (SCHWARCZ, 1993, p. 337).

surgiram novos modelos científicos de pesquisa e ensino dos quais os museus foram beneficiados.

Até esse momento, para a autora, a ciência no Brasil era feita, essencialmente, por viajantes estrangeiros, das mais variadas nacionalidades em busca de espécies para coletar e levar ao seu país de origem. A *priori*, não havia por parte do governo e instituições nacionais interesse ou recursos para financiar expedições. Esse cenário muda ao longo do século XIX, seguindo, entretanto, uma lógica que vem do exterior. Schwarcz (1993) reforça que:

> [...] Primeiramente, muito antes de aqui se iniciar um debate sobre a instalação de instituições científicas desse tipo, **o Brasil já era considerado local privilegiado para a obtenção de coleções e matéria-prima necessária aos museus europeus**. Por outro lado, quando finalmente montados, os estabelecimentos locais se constituirão em homelands para os viajantes financiados por museus estrangeiros e para uma antropologia nascente (SCHWARCZ,1993, p. 91, destaque nosso).

O Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro teve sua fundação ainda vinculada à D. João VI, como medida adotada para "estimular os estudos de botânica e zoologia". Antes de passar por uma profunda reorganização, em 1876, ano que também foi fundada a revista trimestral "Archivos do Museu Nacional", sua organização era bastante semelhante à dos museus europeus, em que as coleções eram expostas sem qualquer classificação (SCHWARCZ, 1993).

O Museu Paulista ou do Ypiranga que teve a construção iniciada em 1885 e concluída cinco anos depois, foi inaugurado oficialmente em 1894, após a doação de coleções pertencentes ao coronel Joaquim Sertório. Indicado para ocupar o cargo de direção

do Museu, o zoólogo Herman Von Ihering pretendia iniciar uma nova era entre os museus brasileiros, dotando o Museu Paulista de instrumentos e métodos que o tornassem, efetivamente, uma instituição científica (SCHWARCZ, 1993).

Para alcançar seu objetivo de descontinuar os projetos de museus como vinham sendo feitos nos séculos anteriores, Von Ihering elogiava os modelos seguidos pelos museus europeus e norte-americanos, além disso, "a presença estrangeira é tão significativa que a própria revista será basicamente elaborada com a colaboração de naturalistas europeus. Apenas 1% dos artigos é de autoria de cientistas nacionais, assim como boa parte dos ensaios são transcritos no idioma original: inglês, francês ou alemão" (SCHWARCZ, 1993, p. 105).

O Museu Paraense Emílio Goeldi, por sua vez, possui um histórico de fundação bastante peculiar. Tendo em vista que, ao longo do século XIX, a região Amazônica foi visitada por diferentes viajantes e cientistas estrangeiros, tendo despertado interesses que motivaram variadas expedições, era um verdadeiro "paraíso dos naturalistas" (SCHWARCZ, 1993, p. 105). A Amazônia continuava, entretanto, desconhecida para boa parte dos pesquisadores nacionais.

Almejando, portanto, o estudo da flora e fauna da região, bem como, sua geologia, geografia e história, o Museu Paraense deveria "cumprir as atribuições de uma academia, uma vez que a cidade [Belém] não possuía escolas de nível superior ou outras entidades de cunho científico" (SCHWARCZ, 1993, p. 109). A direção da instituição foi assumida pelo zoólogo suíço Emilio Goeldi em 1893 e sua reestruturação foi imediatamente iniciada. Também seguindo o modelo de instituições europeias, Goeldi trouxe para Belém vários nomes estrangeiros, como: o botânico Jacques Hubert, o geólogo Frederico Katzer, o zoólogo Godofredo Hagman e o botânico Adolpho Ducke.

No final do século XIX, o Museu Paraense já havia ganhado prestígio e sido responsável pela criação de duas importantes revistas: *Boletim do Museu Paraense* e *Memória do Museu Paraense*. As publicações seriam semelhantes às demais: "com um objetivo bastante centrado nas ciências naturais, que tinha como base estudos locais, orientados, porém, pela produção e inquietação dos naturalistas europeus e norte-americanos" (SCHWARCZ, 1993, p. 112).

Para Schwarcz (1993), a criação e o caráter de cada museu estiveram diretamente ligados ao momento histórico e suas relações com as sociedades da época. Enquanto o Museu Nacional foi fruto da política da monarquia portuguesa que enfrentava a transferência da Corte para o Brasil, tendo sua imagem sempre associada ao Império, o Museu Paulista esteve à serviço da elite local e sua necessidade de afirmação no cenário cultural e político nacional. O Museu Paraense, "porta de entrada da floresta" foi símbolo maior do sucesso do ciclo da borracha na Amazônia e serviu de "abrigo" para os estrangeiros que se arriscavam pela região.

Cabe reforçar, entretanto, que guardadas as devidas especificidades temporais e históricas, os três museus representavam um ideal de construção do pensamento científico brasileiro e cumpriam papel essencial na pesquisa em ciências naturais e em antropologia no país. Além dos museus, os chamados Institutos Histórico e Geográficos também tiveram importante representatividade na constituição desse pensamento científico. Para além disso, foram essenciais para desenvolver outra necessidade decisiva daquele período: construir a história da nação, seu passado, seus mitos, personagens e a homogeneidade necessária para garantir a unidade nacional (SCHWARCZ, 1993).

Entre as principais instituições se destacam o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, o Instituto

Histórico e Geographico de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. O IHGB, fundado em 1838, alguns anos após a Independência, surgiu com o ideal de fortalecimento da identidade nacional, pautado no desejo de construção de uma historiografia brasileira original. Seus sócios, de perfil notadamente oligárquico, eram políticos e proprietários de terra, além de literatos da geração romântica nacionalista, pesquisadores e intelectuais de áreas diversas. Alguns figuravam como efetivos, outros como correspondentes, honorários e beneméritos (SCHWARCZ, 1993).

Importante realização do IHGB foi sua revista, editada regularmente a partir de 1839. Segundo Schwarcz (1993), publicação contou desde sua fundação com material voltado especialmente para as áreas de história e de geografia. No que se refere a esta última, os temas são bastante específicos, referindo-se a questões territoriais brasileiras. Outra temática que teve considerável repercussão na revista foi no âmbito da antropologia e da etnologia. Em geral, assim como observamos nos discursos dos viajantes estrangeiros, o negro ocupava sempre posição desprivilegiada, elemento desnecessário na composição social brasileira. O indígena, por sua vez, dividia opiniões, sendo considerado ora selvagem, ora símbolo da identidade nacional.

Além do IHGB, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, fundado em 1862, reuniu importantes nomes da elite intelectual e econômica nordestina e, boa parte de suas publicações estiveram voltadas para a temática regional. Especialmente a partir de 1870 quando a província pernambucana intentava manter sua hegemonia na região nordeste, como resultado de tensões recém-ocorridas entre as províncias do norte e do sul do país, especialmente no tocante aos incentivos diferenciados sobre os produtos agrícolas e à política imigratória, que favoreciam a região sul. O perfil dos associados do IAGP era, nesse sentido, bastante homogêneo, constituído por grandes proprietários locais que não necessitavam de

qualquer competência intelectual ou publicação científica comprovadas (SCHWARCZ, 1993).

A revista do instituto evidenciava temas que valorizavam a identidade pernambucana, além da exaltação de importantes personagens locais. O enfoque dos trabalhos era, nesse sentido, essencialmente político ou cultural. O posicionamento do IAGP quando à questão racial também não era diferente, apontando o "branqueamento" da população como a alternativa mais viável ao país, tornando-o livre de outras "influências" raciais não desejadas (SCHWARCZ, 1993).

O Instituto Histórico e Geographico de São Paulo foi fundado no final do século XIX e era composto por parte da elite intelectual paulista, com membros da Academia de Direito, por exemplo. Associando a história da província paulista com a do próprio Brasil, em uma clara provocação ao IHGB que se autoproclamou "brasileiro", o IHGSP representava uma região em franca expansão em razão do avanço da cafeicultura e da integração ferroviária. A "vocação" do instituto estava voltada para o bandeirantismo e a cultura do desbravamento e seu passado glorioso, povoaram as publicações de sua revista. A maior parte das publicações estava voltada para questões históricas, que evidenciavam a importância de São Paulo frente à história nacional. Em menor número, publicações sobre geografia e geologia, que, frequentemente, esbarravam em delicados debates sobre a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais (SCHWARCZ, 1993).

Fundado já no século XX, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgiu em 1907 nos moldes do IHGB. Assim como outros estados que, como acima mencionado, tiveram a necessidade de resgatar sua história com o intuito de contribuir para a construção de uma identidade regional, em Minas Gerais não foi diferente. Vontade manifestada desde o final do século XIX, na recém-criada

República do Brasil, o IHGMG destaca-se como depositário das tradições e da história de Minas Gerais.

Segundo Schwarcz (1993), coube aos institutos organizar a história nacional, seus personagens e fatos que, embora tivessem um caráter enciclopédico e fossem pautados em experiências regionais, comprometeram-se a construir uma história do Brasil. O objetivo desses institutos, afirma a autora, esteve ligado a ideia de fundamentar historicamente um projeto nacional, dando ao país um passado e generalizando histórias de grupos regionais importantes. Outras perspectivas diferentes da visão de Schwarcz (1993), entretanto, entendem que até o final do século XIX os esforços foram realmente feitos para reforçar as identidades regionais/estaduais coincidindo com a ordem da Primeira República, que reforçava o poder dos estados. Então, não haveria comprometimento com a construção da história nacional, mas que, sobretudo a partir de 1930, esse conhecimento regional acumulado passou a, de fato, compor a história nacional.

À despeito disso, quase sempre associados à elite branca e europeia, e apoiando-se em teorias deterministas e propostas de branqueamento, a história do Brasil deveria ser contada com vistas a garantir ideais sociais rígidos, que respeitassem uma hierarquia entre as três raças formadoras (SCHWARCZ, 1993). Guardadas algumas exceções de valorização do sertanejo ou do indígena, por exemplo. Ademais, essas instituições se mostravam associadas aos estados aos quais estavam vinculadas no período de sua criação. O IHGB, por exemplo, manteve sua produção intelectual voltada para o Império, em que a monarquia era constantemente homenageada e vista como a mantenedora da unidade do país. O IHGSP, por sua vez, criado no período republicano, intitulava-se "filho legítimo" do regime vigente.

Nesse sentido, tanto os museus como os institutos históricos são bons exemplos de como os interesses públicos convergiam para

a pesquisa científica e para construção da intelectualidade do país, sem, entretanto, desvencilhar esse fim de interesses políticos e/ou econômicos. Na perspectiva de Leite (1986), os interesses públicos se manifestavam na forma de três aspectos distintos: as relações diplomáticas, o desenvolvimento científico (onde se encaixa a criação de museus e dos institutos de pesquisa e historiografia), além, por certo, da investigação das potencialidades e dos recursos do território, fossem eles materiais ou humanos. Por isso essas instituições cumpriram importante papel nesse contexto, como afirmam Figueirôa e Silva (2004, p. 714-715):

> Museus, academias científicas, jardins botânicos constituíram tentativas de gerenciar a explosão empírica de materiais produzidos por meio da disseminação mais ampla dos antigos textos, da maior mobilidade de pessoas e objetos, das viagens de exploração e por formas mais sistemáticas de comunicação, troca e apropriação. Ao redefinir a visão do mundo européia como uma medida, mesmo que relativa, da "civilização", todos esses fatores contribuíram também para produzir novas atitudes com relação à natureza e à história natural (FIGUEIRÔA; SILVA, 2004, p. 714-715).

Voltando nosso olhar para as viagens, Leite (1986) constata que os interesses das nações, além da criação de instituições que valorizassem temas de interesse nacional, refletiram diretamente no propósito de suas viagens, ou seja, países como Inglaterra, França e, em menor proporção Estados Unidos e Rússia, possuíam interesse exploratório "imediato", aliado ao comércio. Outros como Alemanha, Áustria, Suécia ou Itália, que ainda estavam em processo de unificação, não participaram diretamente da corrida expansionista. Essas características, segundo a autora, refletiram

diretamente na vinda de viajantes estrangeiros para o Brasil e no caráter dessas viagens.

Assim, o contexto geopolítico mundial durante o século XIX foi essencial para determinar o propósito das viagens e o caminho tomado pelos viajantes. Essa ideia confere, portanto, com nosso entendimento de que não era possível que os viajantes não tivessem interesses específicos que condissessem com os de seu país de origem. Ou seja, as viagens não eram despretensiosas, tampouco, deslocadas de interesses políticos e econômicos maiores que que moviam o espírito desbravador de seus realizadores. Ainda segundo Leite (1986, p. 74), os desejos da aventura, da pesquisa, do lazer e trabalho, são tidos como motivações pessoais que levariam os viajantes a alcançarem projeção social, *status* ou o enriquecimento. Em verdade, esses fatores particulares estavam inseridos em um contexto mais amplo, que coincidiam, especificamente, com os objetivos da esfera pública do país de origem dos viajantes.

Segundo sugere Hobsbawm (1982, p. 303), as viagens com objetivo exploratório e com vistas à aquisição do conhecimento científico foram promovidas pelas sociedades científicas e universidades do Velho Mundo. Esse processo, que se inicia bem antes das viagens ao Brasil no século XIX, foi sustentado por interesses econômicos e expansionistas que, em nome da ciência, avançavam para terras longínquas e desconhecidas.

Carneiro (2001, p. 235) afirma que os viajantes naturalistas eram "os olhos de um corpo comum de conhecimentos que buscava se constituir na Europa através da enumeração e classificação de todas as espécies da flora e da fauna, assim como de todas formas de sociedade humana". Em um esforço de sintetizar o papel desses viajantes, Pratt (1999, p. 69), caracteriza-os como "auxiliares das aspirações comerciais expansionistas da Europa", responsáveis por produzir um conhecimento comercialmente utilizável.

As viagens exploratórias, convergiam, nesse sentido, para a reunião de material de diversas áreas em um sistema enciclopedista, voltando suas observações para a botânica, geologia, zoologia, oceanografia, além de outras de caráter social, histórico, antropológico e cultural. O resultado dessas viagens, segundo Lisboa (1997, p. 38) era publicado, geralmente, na forma de relatos que fossem de fácil leitura ao público letrado, serviam também aos interesses de diversas modalidades de ciências empíricas e, ainda, cumpriam os requisitos do racionalismo difundido ao longo do período da Ilustração e seu enciclopedismo característico.

Assim, segundo Moreira (2000, p. 48), o relato deveria transmitir, ao mesmo tempo, confiabilidade, objetividade e motivação, a narrativa em muito dependeria da autoridade e talento de seu narrador em reproduzir o que foi vivenciado durante a viagem. Além da autoridade científica, extremamente valorizada na construção dos relatos, esta era, frequentemente, sustentada pela autoridade institucional.

Nesse sentido, as chamadas credenciais das instituições às quais os viajantes estivessem vinculados e que financiassem as viagens ou expedições tinham grande valor durante todo o processo. Afinal, a difusão dos resultados das viagens não se dava somente através de livros publicados, mas, de relatórios oficiais e palestras para sociedades científicas. Portanto, segundo a autora, "a autoridade daquele que falava ou escrevia, mesclava-se ao projeto colonizador ou imperialista; a legitimidade do discurso era garantida pelo papel civilizador do autor" (MOREIRA, 2000, p. 48).

Se países como Inglaterra e França dispunham de centros de pesquisa voltados para as ciências naturais que favoreciam a realização das viagens – na Inglaterra podemos citar, por exemplo, a Marinha Real Britânica ou a *Royal Geographical Society* –, a Alemanha, que em 1800 estava "atrasada" em relação aos demais (LISBOA, 1997, p. 37), destacou-se, entretanto, ao lançar nomes de

relevância para a ciência e as viagens ao longo do século XIX, tais como Langsdorff, Wied-Neuwied, Humboldt, este último, especialmente tratado nesta tese ainda neste capítulo.

Cabe destacar nesse contexto que, conforme afirma Figueirôa (1997, p. 38), ainda que as viagens estivessem diretamente relacionadas ao processo de expansão das nações imperialistas do século XIX, não se pode observar essa questão de modo unilateral. O governo, primeiro português e depois brasileiro, utilizou-se da "mão-de-obra" dos viajantes estrangeiros nas coletas e pesquisas de interesse próprio. Esse material serviria, por exemplo, para alimentar as coleções do Museu Nacional. A autora complementa que:

> Os naturalistas estrangeiros, além dos estudos e coletas que efetivamente fizeram, tiveram papel significativo na institucionalização das ciências naturais no Brasil sob o ponto de vista da representação, na medida em que constituíram, por serem provenientes de centros científicos importantes, em modelos a serem seguidos ou buscados (FIGUEIRÔA, 1997, p. 38).

Evidentemente, ainda que o propósito das viagens estivesse certo para os países que enviavam seus viajantes, bem como, para o Brasil quando da utilização de seu trabalho e expertise, esse propósito raras vezes se faria claro para a população dos lugares visitados pelos estrangeiros. Prova disso, é o espanto do proprietário de uma fazenda visitada pelo barão de Langsdorff em Minas Gerais, na ocasião de sua expedição entre 1824 e 1825:

> O proprietário estava muito curioso para saber sobre o objetivo de nossa viagem e desconfiava de tudo que lhe contávamos, pois tudo lhe parecia inacreditável.

> Parecia-lhe impossível alguém possuir 8 mulas carregadas de caixas e não ter nenhuma mercadoria para vender. Perguntou-me o que os negros carregavam com tanto zelo. A resposta: "Instrumentos". "Ah!, disse ele, "deixe-me ver: são instrumentos que tocam!" Ele nunca ouvira falar de instrumentos astronômicos. Abriu-se a caixinha para lhe convencer de que ali estavam nossos relógios, ao que ele indagou se éramos relojoeiros. **As palavras, botânicos, naturalistas, museus, ele nunca havia ouvido em sua vida e não conseguia, assim, entender o objetivo de nossa viagem** (LANGSDORFF, 1997, p. 86, destaque nosso).

Diante da incompreensão dos nativos, esses homens "da ciência" pareciam fruto de uma realidade muito distante, grande parte das vezes, sequer conhecida. As missões por eles empreendidas estiveram, quase sempre, ligadas a propósitos oficiais ou semioficiais, com exceção dos ingleses, afirma Souza (2014), que também se destacaram no ramo empresarial e comercial. Seria esse, por exemplo, o caso do visconde Ernest de Courcy, francês, que esteve no Brasil a serviço de companhias mineradoras europeias com vistas a inspecionar o serviço nas minas. Sua viagem seria, nesse sentido "promocional", destinada a incentivar a compra de ações do empreendimento por investidores franceses (SOUZA, 2014, p. 37).

Como indicamos ao longo do trabalho, os propósitos das viagens foram tão diversos quanto seus realizadores. Se as missões oficiais marcaram as primeiras décadas do século XIX, em razão da recente abertura do país aos estrangeiros, no decorrer do mesmo século esses propósitos se ampliaram e o Brasil passou a receber cidadãos comuns que custearam sua própria viagem pelo território. O "perfil dos viajantes" é, portanto, bastante variado, assim como, sua formação, profissões, expectativas e inspirações.

Um dos casos mais específicos seja, talvez, de Daniel Parish Kidder e James C. Fletcher, missionários preocupados com a evangelização do brasileiro durante os percursos de suas viagens pelos país. A obra publicada em conjunto, serviu também como um manual para os norte-americanos interessados em emigrar para o Brasil, pois, reunia informações valiosas sobre o país em seus mais diversos aspectos, com teor comercial.

Evidentemente, esses casos não representam a maioria das viagens ao Brasil no século XIX. Seu propósito quase sempre esteve ligado a questões de ordem científica, que partiam de outras ainda mais relevantes, de caráter geopolítico. Lisboa (1997, p. 32) afirma que entre os interesses políticos envolvidos na promoção das viagens estavam o estabelecimento de relações diplomáticas, o desenvolvimento da ciência a partir da criação de museus e, a consequente investigação das potencialidades exploráveis do território visitado. Esses interesses e seus desdobramentos, serão por nós abordados nos capítulos seguintes.

Em uma perspectiva mais ampla, Costa (2003, p. 80), reforça que, atrair viajantes ao Brasil, além de fomentar o estudo científico do território, promovia outros objetivos, visto que, "as permissões e convites a viajantes estrangeiros são importante moeda política que o Estado brasileiro manipula, ampliando o arco de alianças. De outro, representam um conhecimento científico estratégico do qual ele procura se apropriar e reverter em seu benefício".

O século XIX representa, nesse contexto, uma inversão na política externa brasileira com relação aos viajantes estrangeiros. Uma vez que, eles passam a ser vistos como "guias" que permitiriam o reconhecimento e a exploração do território "a partir de padrões de civilização em relação aos quais eles próprios eram vistos como representantes" (SOUZA, 2014, p. 48).

Falamos em inversão porque, até esse momento, ou seja, durante todo o período colonial, com raras iniciativas isoladas promovidas pela Coroa portuguesa, como a viagem filosófica realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia, entre 1783 e 1792, a insegurança de Portugal quanto à presença de estrangeiros em seu território, condenou como afirma França (1999, p. 13) "a colônia a um brutal isolamento".

Esse isolamento não era observado somente no Brasil, as colônias hispânicas também tiveram o acesso a seu território restringido. Pratt (1999) afirma que embora a América do Sul tenha sido colonizada desde o século XVI, seu território permaneceu praticamente inexplorado até o século XIX. Inauguradas pelo britânico John Mawe e sua viagem exploratória de interesse comercial empreendida na primeira década do século (1809), as portas do continente foram abertas para que, sucessivamente nos próximos anos, a Inglaterra figurasse entre as nações que mais enviaram viajantes às Américas, tanto espanhola como portuguesa.

Embora tenha sido rompido progressivamente ao longo do século XIX, esse isolamento foi responsável, inclusive, pela negação da entrada de Humboldt no Brasil quando da sua viagem pela América do Sul. Em 1808, Souza (2014, p. 44) ressalta que "Humboldt fora recomendado à vigilância dos capitães ou governadores da província" e sua expulsão foi, nos anos seguintes, "motivo de vergonha para os portugueses e brasileiros". O século XIX foi, portanto, o período em que as viagens pelo Brasil ganharam novos significados, múltiplos e variados tanto quanto seus propósitos, uma das razões principais que sustentam a escolha por este século como delimitação temporal para nosso trabalho:

> [...] o apoio dado pela Coroa, a partir de 1808, aos naturalistas estrangeiros, firmou vivo contraste com a recusa, mantida durante todo o período colonial, à

> pesquisa e exploração por parte de estrangeiros das riquezas naturais brasileiras, baseada no segredo colonial que sempre foi ponto irrevogável e inquestionável da política lusitana para o Brasil. O território colonial permaneceu, portanto, indevassado aos olhos destes viajantes, o que seria, aliás, fator decisivo para a proliferação de relatos de viagens que ocorreriam no século XIX (SOUZA, 2014, p. 44).

A importância desse século no tocante à realização das viagens científicas também é evidente na concepção de Pratt (1999). A autora afirma que a partir de 1750 a expansão política e econômica das grandes potências europeias refletiu-se nas viagens e nos escritos sobre as mesmas. De modo que, os europeus, sob a ótica do "euroimperialismo" construíram discursos sobre as regiões do mundo não-europeu, engajando o leitor metropolitano nos (ou, para os) empreendimentos expansionistas. O relato de viagem teria produzido, nesse sentido, concepções sobre o "resto do mundo", concebidas para o leitor europeu (PRATT, 1999, p. 28).

Esse processo de reconhecimento do europeu para com o mundo colonial, iniciou-se, segundo Pratt (1999, p. 35) em meados do século XVIII, como resultado de dois processos simultâneos: o impulso à exploração continental, em oposição à marítima, e o advento da *história natural* como fonte de conhecimento. A autora reforça que essas circunstâncias particulares se aliaram à consolidação da burguesia e ao avanço do sistema capitalista e sua incessante busca por matérias-primas e mercado consumidor em outros territórios extra europeus.

Essas condições, levaram ao que Pratt (1999, p. 42) define como "consciência planetária" da Europa, alcançada a partir da exploração do interior dos continentes como resultado dos avanços alcançados com os aparatos oferecidos pela história natural. Segundo a autora, essa nova consciência planetária é elemento

determinante na construção do *moderno eurocentrismo* e definiu a hegemonia ocidental sobre as demais regiões do planeta.

Assim, na mesma medida em que nosso olhar se volta para o século XIX enquanto um marco temporal para a realização das viagens no Brasil, o território das Minas Gerais se descortina como um dos mais visados como destino dessas viagens, especialmente porque, a região mineradora muito tinha a revelar sobre o Brasil na Europa:

> Grande parte das obras produzidas pelos naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros se preocupa e revelar as maravilhas do Novo Mundo e, em particular, da Capitania de Minas Gerais para os seus leitores europeus, sejam eles autoridades metropolitanas, ou os próprios monarcas, a quem as dedicavam; sejam homens de Letras e Ciências, ou simplesmente seus concidadãos (RIBEIRO, 2006, p. 29).

O interesse pela região é despertado especialmente pela disponibilidade de recursos minerais, mas, vai além, pois, Minas Gerais se torna palco de mudanças intensamente vividas pelo Brasil ao longo do século XIX. Ademais, como afirma Motoyama (2004), em virtude das descobertas minerais ocorridas nos séculos anteriores, a Província teve o controle de suas fronteiras intensificado, principalmente com relação à entrada de estrangeiros, o que os impediu até o século XIX de contribuir com o conhecimento sobre a região. Quando esse cenário foi alterado, houve atração de grande contingente de interessados em deslindá-la.

As principais atividades desenvolvidas pelos estrangeiros nessa região, inicialmente empreendidas por ingleses, mas, em seguida reproduzidas por viajantes de outras nacionalidades (à semelhança do que ocorreu na América Espanhola também em razão de suas riquezas minerais) eram de caráter técnico e envolviam

engenheiros, mineralogistas, agrônomos. Esses propósitos dividiram atenção com outros de caráter científico, especialmente na primeira metade do século XIX, o que não significa que ambos não tenham estado presentes na segunda metade.

Pratt (1999) afirma que esses homens, eram enviados ao "novo continente" por companhias e investidores europeus, com vistas a identificar recursos exploráveis, estabelecer contato e contratos com as elites locais, além de recolher informações diversas. Inseridos na categoria que a autora denomina de "vanguarda capitalista", especialmente após as duas primeiras décadas do século XIX, os viajantes concentraram-se em menor medida, a apresentarem-se como os (re)descobridores do mundo "primitivo" americano. Diferentemente dos naturalistas do início do século, a natureza deixa de ser somente uma exuberante manifestação de "fragmentos dos desígnios cósmicos" (PRATT, 1999, p. 256) e passa a ser, definitivamente, vista como fonte de matérias-primas.

De modo que, segundo Pratt (1999, p. 256), a retórica contemplativa e estetizante da descoberta natural (conforme observado em Humboldt ou em outros viajantes do início do século XIX), foi sendo progressivamente substituída por uma "retórica de consecução de objetivos, de conquistas e realizações". Assim, os desafios se modificam, especialmente os logísticos, que passaram a ser recorrentemente relatados, além de retóricas econômicas e mais pragmáticas que em nada lembram a estética humboldtiana, por exemplo.

Além disso, a natureza que outrora ganhava contornos de beleza e impressionava por sua exuberância será associada, a partir da segunda metade do XIX em vários dos relatos, ao fracasso humano em explorá-la, descrita por vezes como incômoda e considerada reflexo de uma sociedade ainda primitiva. Esse discurso serviu para legitimar o intervencionismo europeu em razão da

negligência e incapacidade da sociedade recém independente. Assim, a sociedade colonial americana será, de modo recorrente, "criticada por seu caráter retrógrado, sua indolência, e acima de tudo, seu fracasso em explorar os recursos que a rodeavam" (PRATT, 1999, p. 260). Embora essa afirmação seja feita por Pratt (1999) ao referir-se à América espanhola, observamos que, no Brasil e em Minas Gerais, ela se aplica de igual modo, conforme avaliaremos nos capítulos seguintes.

A suposta ausência de iniciativa, aliada à carência de condições materiais e técnicas, levaria a impossibilidade de exploração dos recursos minerais e também do solo, legitimando, além da intervenção europeia direta nessas áreas, a manutenção da intensa exploração do trabalho através da escravidão, fenômenos que os viajantes observaram como testemunhas (PRATT, 1999). Por essa razão, possivelmente, parte dos viajantes que analisamos, posicionaram-se contrários à abolição no Brasil.

Portanto, a ideia de uma América atrasada e negligente, tal qual foi concebida pela "vanguarda capitalista", reforça a necessidade da exploração racionalizada dos recursos pelos europeus. Isso porque, "modos de vida de subsistência, sistemas não-monetários de troca e economias regionais auto-sustentadas são anátemas para o capitalismo expansionista" (PRATT, 1999, p. 267).

Caminhando, portanto, no sentido de resgatar os relatos dos viajantes no Brasil do século XIX, sobretudo em Minas Gerais, além de, por certo, (re)visitar e valorizar esse material como parte fundamental da construção discursiva que Moraes (1988) definiu como "pensamento geográfico", buscamos para além dessa intencionalidade, compreender como o material produzido, bem como as concepções de mundo que subjaziam ao trabalho desses viajantes, foi essencial para a construção da identidade nacional brasileira e para a visão que se conformou sobre o Brasil do ponto de vista do estrangeiro, ou seja, o imaginário externo sobre o país.

# CAPÍTULO 2

*Métodos e Modelo de Investigação dos Pioneiros Viajantes Modernos: Humboldt e Darwin*

# MÉTODOS MODELO DE INVESTIGAÇÃO DOS PIONEIROS VIAJANTES MODERNOS: HUMBOLDT E DARWIN

Deslocação. Substituição de um lugar por outro por meio de um percurso determinado; transferência de locais permeada por paragens, geralmente aproveitado para se escrever (SEIXO, 1998). A descrição precisa do que se caracteriza como viagem, perpassa por outras dimensões que fogem à simplicidade do termo. Se na atualidade, viajar se tornou um hábito e uma possibilidade facilitada pelo processo de globalização – guardadas as devidas limitações financeiras dos viajantes – séculos atrás a "deslocação" não se dava da mesma forma.

É justamente esse processo de deslocamento físico sobre o espaço geográfico, aliado à transcrição do observado em narrativa, que caracterizará, segundo Lisboa (1997), a literatura de viagem. É importante lembrar, segundo a autora, que ainda que essa característica seja determinante para definir o gênero de literatura de viagem, ele é mais amplo do que se possa imaginar, tendo em vista que, guarda o subjetivismo dos autores e suas manifestações particulares que podem resultar na crônica, no romance, na poesia, no diário ou relato científico, com ou sem correspondente iconográfico (LISBOA, 1997, p. 34).

A realização de uma viagem, especialmente aquelas que objetivavam percorrer grandes distâncias, poderia levar meses ou anos. Desde o planejamento, passando pela reunião de material e ferramentas (no caso dos cientistas) e de equipe apta, custaria muito tempo e dinheiro.

Para Lisboa (1997), além do aparato material que deveria ser reunido com precisão e do dinheiro necessário para custear as

despesas da viagem, era preciso que os viajantes, mesmo aqueles que arcavam com os custos por conta própria, como fez Humboldt, conseguissem licenças oficiais, vistos de entrada, permanência e saída, permissões específicas para territórios restritos, como da região das minas de ouro e diamantes, além de cartas de apresentação que facilitassem sua viagem, pesquisa e hospedagem.

As grandes distâncias somente eram vencidas com a travessia de trajetos longos e desconfortáveis, por vezes, bastante perigosos. As longas jornadas feitas em sua maioria no lombo de mulas (mais resistentes que os cavalos), em que as caravanas atravessavam regiões montanhosas, subidas íngremes e os animais seguiam transportando bagagens e pessoas até à exaustão. A travessia desses lugares tornava-se ainda mais perigosa com as adversidades climáticas, que tornavam as trilhas escorregadias, os rios cheios e a saúde fragilizada.

Mesmo diante de tamanhos desafios, muitos desses viajantes, também artistas além de cientistas, buscaram realizar ao longo de sua jornada, esboços dos lugares por onde passaram, com intuito de registrar paisagens frequentemente alheias ao olhar europeu. A paisagem, por eles vista de forma panorâmica, guardava detalhes precisos que serviriam, mais tarde, para compor o acervo pessoal do viajante ou ainda, para "validar" as experiências e saberes adquiridos com a viagem (BRANDÃO; ARAÚJO, 2015). Em razão disso, Kossoy e Carneiro (1994, p. 19), afirmam que "a iconografia teve papel fundamental enquanto veículo de difusão da imagem do outro, apresentada como novidade".

Segundo Andriolo (2011), a partir de Goethe, a arte se tornará mediadora entre a experiência da viagem e o conhecimento científico adquirido através dela. Para o autor, esse estilo de viajar, reconhecidamente manifestado a partir do século XVIII, "propunha o exercício individual de cultivar a visão, no intuito do viajante se apropriar do mundo e de si próprio por meio de seus deslocamentos

territoriais" (ANDRIOLO, 2011 *apud* BRANDÃO; ARAÚJO, 2015).

Esse entendimento do sentido da viagem, que preconizava a construção da observação aliada à ideia de subjetividade na construção de uma visão acerca do lugar visitado, mesclava-se, entretanto, com uma visão empiricista e racionalista e, portanto, objetiva. As viagens de exploração e circunavegação, especialmente realizadas no século XVIII, objetivavam o levantamento do maior número possível de informações voltadas para os temas mais diversos: botânica, zoologia, mineralogia, geologia, antropologia, cultura, arte, entre tantos outros possíveis. Esse material, coletado e organizado, a partir de rigorosa observação empírica, era reunido em inventários e relatos que formavam intermináveis enciclopédias (LISBOA, 1997, p. 38).

Ainda que essas viagens realizadas no auge do Século das Luzes e da construção do racionalismo científico característico do período da Ilustração, em que a razão enciclopedista direcionava as produções da época, observa-se que uma outra forma de interpretação surge paralelamente à essa.

Em 1768, o inglês Lawrence Sterne, publica "Uma viagem sentimental através da França e Itália" e se torna responsável por introduzir o sentimento do "autor-viajante", fascinado pelas belezas naturais que "representam um espaço para as digressões da alma". O naturalista e mentor de Humboldt, Georg Forster[2], inaugurador da

[2] Johann Georg Adam Forster (1754-1794), foi naturalista, etnólogo e viajante. Acompanhou seu pai, Johann Reinhold Forster em várias expedições científicas, incluindo a segunda viagem de James Cook ao Pacífico. Seu relatório dessa jornada, *Uma Viagem ao Redor do Mundo*, contribuiu significativamente para a etnologia do povo da Polinesia. Forster era uma figura central do Iluminismo na Alemanha, suas ideias e personalidade influenciaram Alexander von Humboldt. Seu pai, Johann Reinhold Forster (1729-1798) foi um pastor reformado calvinista e naturalista, que fez contribuições para a ornitologia inicial da Europa e América do Norte. É mais como naturalista na segunda viagem de James Cook ao Pacífico, em que foi acompanhado por seu filho Georg Forster.

antropologia comparada e preocupado em entender o "verdadeiro sentido de humanidade" através dos auspícios do que um "viajante filósofo" poderia realizar, pautava-se no empirismo das viagens para buscar as relações construídas a partir das diferenças determinadas por condições exteriores, materiais, até as que eram comuns a todos os povos e culturas (LISBOA, 1997, p. 39).

## HUMBOLDT: VIAJANTE MODERNO PRECURSOR

As grandes dificuldades materiais não impediram, entretanto, que Alexander Von Humboldt, prussiano de família aristocrática, nascido em 1769, empreendesse viagens que serviriam de inspiração para seus contemporâneos, sobretudo porque Humboldt desenvolveu um método de investigação inovador que conciliava metodologias empiricistas, à princípios do subjetivismo fortes à época e à sociedade em que o naturalista viveu.

Nascido em Berlim, no ano de 1769, em uma importante família aristocrática, Humboldt teve formação escolar rebuscada. Desde a infância, até a Universidade, aprofundou-se no estudo da natureza, sem abandonar, entretanto, os conhecimentos matemáticos como a estatística e a economia. Sua busca pelas observações diretas da natureza, explicam a aproximação de Humboldt com a botânica e também seu interesse pelas viagens, que o acompanhariam durante toda sua vida (MORAES, 1989).

Humboldt, segundo Lisboa (1997, p. 39), considerava-se um discípulo de Forster, tendo com ele realizado expedições pela Alemanha, Holanda, Inglaterra e França, compartilhava também sua concepção holística do funcionamento da natureza, em que, as leis que a regem se encontram em cada uma das partes e os fenômenos ou eventos se interligam na formação do *Todo*. Partindo desse

pressuposto, a observação da paisagem de Forster iria além da enumeração dos fatos e descrição dos fenômenos, caminhando no sentido de uma "fantasia reflexiva", assumida por Humboldt, que também foi além da "taxonomia do historiador da natureza".

Entretanto, definir os fundamentos filosóficos que orientaram o pensamento de Humboldt não é tarefa fácil. Segundo Moraes (1989, p. 87), as formulações humboldtianas não apresentavam uma filiação filosófica unitária que pudesse ser enquadrada de forma clara em alguma corrente de pensamento. Pelo contrário, observa-se em suas obras uma pluralidade de orientações até mesmo entre posições conflitantes.

Moraes (1989) explica que isso se deve a alguns fatores. Primeiramente, à época em que Humboldt viveu e realizou sua extensa obra. A transição do século XVIII para o XIX foi um período em que diversos campos do conhecimento científico floresceram na busca por explicações dos fenômenos naturais. Esses avanços ocorreram de forma concomitante, a partir do contato direto entre diversos cientistas da época.

Além disso, a ciência se desenvolveu proximamente à filosofia, ampliando assim, o debate entre os pesquisadores. Por isso, a produção humboldtiana reúne "[...] uma incrível diversidade de campos de investigação e uma preocupação sintética, uma obra que vai desde descrições de campo até reflexões filosóficas de alto nível de abstração" (MORAES, 1989, p. 88).

Segundo Moraes (1989, p. 88) é necessário considerar ainda as especificidades envolvidas na constituição da sociedade alemã em que Humboldt viveu, bem como, em sua própria experiência de vida. A Alemanha, ainda feudalizada, denotava traços específicos no desenvolvimento de seu pensamento intelectual, garantindo elevado nível de abstração e preocupação com questões lógicas e

metodológicas. Ademais, Humboldt foi fortemente influenciado pelo pensamento francês com o qual teve contato por toda sua vida.

O fato de ter sido um viajante foi determinante para sua consolidação intelectual, contribuindo para as especificidades de seu pensamento. Apesar da proximidade com o trabalho de campo, responsável por levantamentos e catalogações sistemáticas, Humboldt não se prendeu ao empirismo, traçando caminhos mais abstratos e reflexivos. Não foi, entretanto, um adepto da especulação, afinal, para ele "a verdadeira ciência não tem ponto de partida tomado, e está tão longe de um sensualismo que nada vê atrás dos fatos como de uma metafísica que vive nas quimeras" (HUMBOLDT *apud* MORAES, 1989, p. 88). Moraes (1989) completa que é justamente a interlocução entre a pesquisa empírica e a filosofia, a grande responsável pela caracterização peculiar do pensamento humboldtiano.

Ainda que inseridos em uma ou outra concepção filosófica, os viajantes do século XIX, assim como Humboldt, guiavam-se pelo espírito científico, sem se descolarem, entretanto, do grupo social ao qual pertenciam, bem como, de suas experiências sociais acumuladas. A viagem científica se moldava de acordo com os objetivos propostos para a expedição. Assim, durante o percurso era necessário relatar, organizar e classificar o material levantado de modo que a publicação fosse possibilitada após o retorno do viajante (LISBOA, 1997, p. 45).

Lisboa (1997) ressalta que o comprometimento com a coleta do material e a construção do relato de viagem era resultado da racionalidade advinda do período da *Ilustração*, em que a narrativa deveria refletir de modo fiel a observação realizada, traços claros do positivismo. Segundo a autora, algumas estratégias eram utilizadas para se alcançar esse objetivo, tais como, a "escrita-em-trânsito", com relatos diários e detalhados da jornada, acompanhados, quase sempre, de ilustrações que corroboravam com a narrativa, além, por

certo, de objetos naturais e iconográficos, enquanto amostras da realidade observada. Essas estratégias, foram, no caso de alguns viajantes além de Humboldt, conforme analisaremos nos capítulos seguintes, aliadas à narrativa de caráter romântico e a estética poética presente no relato (LISBOA, 1997, p. 46).

O relato construído ao fim da viagem era a materialização da experiência vivida pelo viajante, que deveria cumprir o propósito para ela colocado e ser comprometido com a verdade. Lisboa (1997) afirma que, em especial na Alemanha do início do século XIX, havia três fontes de financiamento para a realização das viagens científicas: recursos oferecidos por nobres e monarcas; recursos oferecidos pelas instituições acadêmicas e científicas; ou autofinanciamento. Reforça-se que, "as heranças da Ilustração manifestam-se nos projetos ilustrados das academias científicas, cujo propósito de enviar pesquisadores mundo afora está relacionado com a necessidade de multiplicar o conhecimento científico, pautado no enciclopedismo francês e representado pelo naturalista ou historiador da natureza" (LISBOA, 1997, p. 67).

Segundo Lisboa (1997), a nova perspectiva de descrição das viagens científicas, inaugurada por Humboldt, buscava tratar os temas da história natural sob a perspectiva estética, intensificando as descobertas da ciência sobre as "forças ocultas" que regem a natureza. Com esse propósito, Humboldt elege os trópicos como lugar privilegiado para compreender a "comunhão da natureza com a vida espiritual do homem". Para isso, as descrições deveriam preencher os requisitos de seu "quadro da natureza", oferecendo ao leitor "um panorama da natureza em larga escala, como uma prova da ação conjunta das forças". Aliada à representação, a escrita de Humboldt caminhava no sentido de uma "prosa poética", projetada com sentimento e fantasia (LISBOA, 1997, p. 40).

Dentre as principais "conquistas" de Humboldt estão, na América do Sul, os *Andes*, o *Orinoco* e o *Chimborazo* e, na Europa,

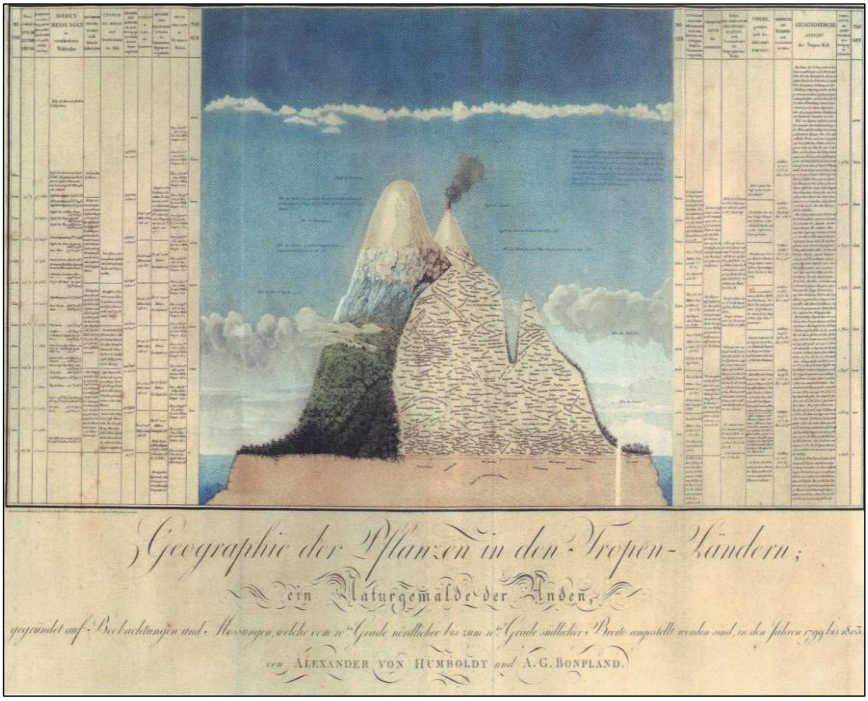
a Rússia. Foram as viagens a esses lugares que possibilitaram a Humboldt consolidar sua ideia de natureza, enquanto unidade. A *Naturgemalde* de Humboldt, termo em alemão para "pintura da natureza" ou "quadro da natureza", representava em um só desenho um "todo vivo", contendo fenômenos individuais "em sua relação com o todo" (WULF, 2016).

Segundo Gomes (2017, p. 37), o termo "pintura da natureza" não deve ser reduzido a uma mera "figuração de uma paisagem ou lugar", uma vez que a imagem ocupa um lugar privilegiado na obra de Humboldt. A originalidade do trabalho, segundo o autor, reside no fato de apresentar os elementos que compõe a natureza conjuntamente, situando-os e localizando-os através de uma única imagem "[...] o veículo que descreve e faz pensar, pelo cruzamento possível de informações situadas em um mesmo plano, sem apelar para uma narrativa anterior da qual a imagem seria apenas uma expressão" (GOMES, 2017, p. 41).

Embora não tenha sido o único viajante de sua geração a correlacionar o desenvolvimento das plantas às condições geográficas, ou conectar o desenvolvimento das plantas à altitude, por exemplo, ele foi pioneiro ao agregar múltiplos fatores e apresentá-los na forma de uma "pintura", ou seja, artisticamente. O que vemos na *Naturgemalde* (Figura 2, disposta na página seguinte) é um perfil de montanhas, o *Chimborazo* e o dia e altitude alcançados. À direita, o *Cotopaxi*, vulcão também localizado no Equador. No "céu" estão indicadas as altitudes de outras montanhas, para comparação. Na montanha, do lado esquerdo, observa-se as variações da vegetação: densa no sopé, até as rochas desnudas, no topo. No lado direito, aparecem as diversas espécies vegetais, segundo sua ocorrência em diferentes altitudes. Em ambos os lados do desenho, há vinte colunas com informações sobre aspectos que sofrem variação de acordo com a altitude (visibilidade, tipos de

cultivo, refração, força gravitacional, composição do ar etc.) (GOMES, 2017).

**Figura 2 - A espetacular Naturgemalde de Humboldt**




Fonte: WULF, 2016.

Nota: Desenho de 90cmx60cm que fazia parte do livro Ensaio dobre a geografia das plantas.

As informações podem ser lidas de três formas:

> [...] no sentido vertical, comparando as modificações sucessivas de um aspecto segundo a variação da

> altitude; no sentido horizontal, comparando e fazendo correspondências entre as variações de diferentes aspectos segundo a altitude; e a terceira, relacionando os dados expostos nas colunas com as espécies vegetais anotadas sobre o desenho e correlacionando-os ao aspecto visível que nos é dado pela figuração da montanha no desenho (GOMES, 2017, p. 38).

Ainda segundo Gomes (2017), a *Naturgemalde* de Humboldt seria um conceito, provocando o raciocínio a partir da busca pela conectividade de diversos elementos, que juntos, atuam sobre um determinado fenômeno, em um determinado lugar. O autor complementa que,

> [...] a obsessão de Humboldt por medir, comparar, descrever, é construída pela ideia epistemológica de que essa descrição é capaz de exprimir esse mundo de relações entre coisas, características e atributos, e de que esse mundo pode ser inscrito em uma imagem e ser pensado a partir dela" (GOMES, 2017, p. 41).

Assim, pela primeira vez, um cientista criava um desenho que, ao contrário de classificar o mundo natural em tabelas e unidades taxonômicas, representava a natureza como uma força global, com zonas climáticas que correspondiam aos continentes e tendo a vegetação associada ao clima e à localização. O magnífico desenho da *Naturgemalde* compunha o primeiro volume de *Ensaio sobre a Geografia das plantas, acompanhado de um quadro físico das regiões equinociais* que, mais tarde, constituiria os 34 volumes de *Viagens às regiões equinociais do Novo Continente*. O livro, considerado o primeiro a tratar de ecologia no mundo, retratava, portanto, a natureza como a interação holística dos fenômenos, uma

perspectiva original que apenas foi permitida por meio da viagem à América do Sul (WULF, 2016). Nesse sentido:

> [...] Seu olhar tinha por objeto os elementos mais variados do meio físico, mas não se limitava a eles, Humboldt observava também a sociedade local. Cada observação era analisada separadamente e em seguida recolocada em conexão com as outras, a fim de regatar uma verdadeira cadeia explicativa. Não é, portanto, difícil de compreender a insistência com que o nome de Humboldt é associado ao da geografia moderna. A despeito da continuidade com as narrativas de viagens e as cosmografias, Humboldt soube, graças à sua grande cultura, reconduzir essas tradições a um novo modelo científico e atualizá-las levando em conta as principais descobertas da época (GOMES, 2016, p. 151).

Esse novo modelo científico desenvolvido por Humboldt que buscava estabelecer as conexões entre os fenômenos e organizá-los de modo visual e inteligível tal como observamos na *Naturgemalde*, reforça, segundo Gomes (2017) a ideia de que a obra de Humboldt foi construída a partir da elaboração de "quadros". O próprio título da obra onde a *Naturgemalde* foi inserida, apresenta o termo em destaque. O referido "quadro físico" compõe-se de detalhada descrição de todos os elementos presentes no desenho, quase como um "memorial descritivo da imagem", com intuito de complementar aspectos que não puderam ser totalmente tratados (GOMES, 2017, p. 46).

Seu objetivo com a elaboração dos quadros seria "falar ao espírito e à imaginação", uma vez que, "essa forma de expressão facilitaria novas conexões entre os fenômenos para aqueles que os estudam diariamente". Com eles, seria possível proporcionar uma

visão geral e em conjunto do que era observado. Essa escolha foi para Humboldt mais acertada quando comparada aos relatos de viagem convencionais escritos à época (GOMES, 2017, p. 48).

Pratt (1999, p. 213) afirma que a escolha pela representação em imagem ou "quadro" foi o caminho pensado por Humboldt para retratar esteticamente os objetos da história natural. Essa escolha foi, segundo a autora, a solução encontrada por Humboldt para corrigir o que ele considerava como falhas nos relatos de viagem de seu tempo, como o acúmulo de detalhes científicos "espiritualmente e esteticamente enfraquecidos".

Se a viagem foi o impulso para o desenrolar da obra de Humboldt e permitir-lhe desenvolver sua *Naturgemalde*, com vistas a "proporcionar prazer indiferentemente a todos os que o apreciem, ainda que não sejam iniciados nas ciências" (GOMES, 2017, p. 47), a influência do romantismo alemão de Goethe e de Schelling no pensamento humboldtiano foram o diferencial na construção de sua interpretação acerca da natureza e na construção de seu "estilo estético-científico". De Friedrich Schelling, Humboldt absorveu a ideia de unidade e seu conceito de "organismo" como base para a compreensão do mundo natural. Ainda segundo Gomes:

> O organismo é a síntese da atividade universal, parte do fluido (oxigênio) e, ao mesmo tempo, objeto condensado e motor da atividade infinita em um certo sentido, da vida). [...] No sitema Schelling, a natureza é a força motriz universal e se realiza em entidades vivas que variam das mais simples às mais complexas. O organismo é a síntese superior da atividade e da coesão, "onde o ideal encontra o real". A ciência era, para Schelling, composta de uma parte teórica, encarregada de identifica as forças construtivas do movimento de oposição (magnetismo, eletricidade, química), e de uma parte

> prática de descrição dos organismos, compreendendo a filosofia da História, a manifestação da liberdade e a revelação de Deus (GOMES, 2016, p. 97).

A *Naturphilosophie* de Schelling, embora mantivesse, segundo Gomes (2016, p. 97) ligações com o desenvolvimento da ciência de sua época, era considerada incompatível com o pensamento Iluminista e a valorização da razão (enquanto concepção positivista cartesiana), tornando-se, portanto, a essência do idealismo e do romantismo alemães.

De Goethe, com quem teve um convívio próximo nas cidades de Jena e Weimar, Humboldt compartilhou de experimentos científicos a debates intermináveis sobre a *Crítica da Razão Pur*a de Immanuel Kant, para o qual o sentido de entendimento da natureza deveria ser alterado, partindo-se do "eu" em direção à uma estética "combatente" do racionalismo Iluminista (BARBOSA, 2011).

De Schiller, autor bastante ligado à Schelling e Goethe, Humboldt ressalta sua capacidade de entender o "sentimento harmônico que liga a natureza às emoções humanas". Humboldt recorre às citações da obra schilleriana e demonstra simpatia para com sua produção filosófica (MORAES, 1989).

De Kant e suas conferências intituladas *Physische Geographie*, Humboldt agradou-se da ideia de sistema do filósofo, em que os fatos individuais deveriam se adequar num arcabouço amplo de *contemplação*. Nesse sentido, da mesma forma que o mundo exterior apenas poderia ser percebido através dos sentidos e da percepção dos indivíduos, a nossa compreensão de natureza só poderia ser concebida aliando-se às ideias e aos sentimentos (WULF, 2016).

Barbosa (2011) afirma que a Estética Germânica Romântica influenciou as ciências e, dentre elas, a Geografia. A subjetividade

como meio para se alcançar a verdade objetiva, explícita na máxima de Goethe "os nossos sentidos não nos enganam. O que nos engana é o nosso julgamento", fez modificações substanciais na intepretação de natureza de Humboldt. Foi nesse período que ele abdicou da pesquisa puramente empírica, pautada em observações atentas e medições precisas, em busca de uma interpretação da natureza através dos sentimentos, afirmando que, os que insistissem em descrever o mundo apenas classificando as plantas, rochas e animais, "jamais chegarão nem perto dele". Goethe instigou Humboldt, portanto, na combinação entre natureza e arte, fatos e imaginação (WULF, 2016).

A proposição de Goethe em unir ciência e poesia, entrou, portanto, em consonância com a herança científica aplicada por Forster, ambas essenciais na interpretação da natureza inovadora de Humboldt. Ao retomar a concepção organicista de Herder, Goethe traduziu o mundo natural como um "grande animal vivo, um organismo que jamais poderia ser matematizado". Sua oposição ao mecanicismo na intepretação da natureza abria espaço para a visão poética assimilada por Humboldt (LISBOA, 1997, p. 40).

A materialização dessa combinação se concretizou na obra *Quadros da Natureza* em que Humboldt procurou demonstrar a influência da natureza na imaginação das pessoas através de uma misteriosa comunicação com nossos "sentimentos interiores". Nessa obra, uma vez mais, Humboldt apresenta a natureza como uma "rede viva" com todos os organismos subsistindo de maneira interdependente. Ao relacionar, entretanto, um céu azul e outro coberto de nuvens negras com o estado de ânimo que nos acomete, Humboldt trouxe para as ciências aquilo que somente poetas haviam feito (LISBOA, 1997, p. 40).

Para Silveira e Vitte (2010, p. 12), a paisagem em Humboldt seria, portanto, "a reunião harmoniosa na montagem de um *quadro natural*." A reunião entre a arte e a ciência permitiriam avançar para

além da busca de uma causa final da natureza, mas, proporcionaria a montagem de uma cena, tomada como paisagem. Aliado a isso, a linguagem poética também proporciona o distanciamento analítico de uma ciência objetiva, e os "Quadros da natureza" de Humboldt podem se equiparar, segundo os autores, "a uma pintura linguística da paisagem na busca do protótipo goetheano".

Coroando a metodologia inaugurada em *Quadros da Natureza,* o *Cosmos* amplia seu entendimento científico sob a perspectiva globalizante, criando, "um esboço de uma descrição física do mundo" e definindo "a doutrina do cosmo" como o conhecimento comparativo da terra e do céu, não qualificando a obra, contudo, como uma enciclopédia que reunia os levantamentos de naturalistas e outros cientistas. Para Humboldt, esse material somente seria utilizado na medida em que pudesse explicar a "ação conjunta das forças no cosmo" (LISBOA, 1997, p. 40).

Assim, a ideia de uma unidade orgânica corroborada por Humboldt era reflexo de transformações filosóficas que alteraram, no século XIX, os pressupostos do Iluminismo forjado no século anterior (OLIVEIRA, 1990). A concepção de sociedade ganha novos contornos e cada parte que a compõe, pessoas e grupos, desempenham suas próprias funções garantindo a unidade do todo. Segundo Oliveira (1990), o momento posterior ao Iluminismo, mediante o questionamento da onipotência da razão, passa a valorizar outras esferas do ser humano (instintos, inconsciente) e outras concepções de alcance do conhecimento (intuição, compreensão). Desta feita, passa-se à valorização de diferentes civilizações e sociedades, em detrimento do etnocentrismo europeu (OLIVEIRA, 1990, p. 44-45).

Silveira e Vitte (2010) afirmam, portanto, que a obra de Humboldt assimila de Kant a ideia central de que a natureza atua segundo fins específicos, buscando construir para esse fim uma relação entre o todo e suas partes. A ciência humboldtiana, mesmo

se pautando na descrição das formas naturais, não se limita a essa tarefa, simplesmente. E, ao recorrer a Goethe, busca encontrar o "princípio unificador de toda a vida, a gênese estrutural que permite uma unidade em tudo que se apresenta como variado e multiforme" (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 11). Assim:

> Ainda no que se refere às formas, a imagem artística da natureza teria uma importante vantagem sobre a própria manifestação real da natureza, afinal, suplantaria o problema do movimento, da constante fuga do objeto no momento da análise. Logo, a paisagem surge para a Geografia Física humboldtiana como a possibilidade de encerrar na representação estática da forma, uma compreensão da natureza em sua condição fugidia e dinâmica. Este será um importante fundamento da constituição da paisagem, a sua visão como cena, como momento de uma natureza em movimento. Contudo esta representação não poderia ser estritamente uma descrição analítica, haja vista a função da intuição, da estética na apreciação do setido da natureza pelas formas. A importância dada por Goethe ao artístico olhar, assume em Humboldt a mesma fundamentação analítica, se ligando igualmente a busca de uma síntese, de um fim da natureza e de um protótipo das formas naturais (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 11).

Gomes (2016) afirma, nessa perspectiva, que a dualidade presente em Humboldt se traduzia em um ecletismo que lhe permitia a combinação entre as proposições do idealismo alemão e do romantismo filosófico com as ideias advindas do materialismo racionalista característico do Iluminismo. Essa dualidade, que na obra de Humboldt aparece sem descontinuidade ou dicotomia, torna seu discurso lógico e racional e ao mesmo tempo poético e emocional, sem que se possa distingui-los.

> A natureza é vista como um todo [...]. Porém, para ascender à compreensão desse todo é preciso agir metodicamente, comparando e combinando elementos aparentemente desconectados, e a razão é o instrumento capaz de promover sua reunião. Segundo ele, o primeiro passo a dar para desvelar o "plano do mundo" consiste em generalizar fatos particulares. O papel da ciência é o de procurar as regularidades que se manifestam sob certas condições. Esse papel é também o de estabelecer, a partir das observações, as leis que regem os fenômenos. Assim definido, esse programa está em perfeito acordo com o ponto de vista da ciência experimental e racionalista. É preciso, todavia, notar que a busca metódica de conexões causais não pode ser separada de uma cosmovisão de um todo harmônico e equilibrado. Desta maneira, a compreensão desse todo também é acessível por outra via além daquela da ciência metódica, isto é, por um conhecimento imanente, nascido da conjunção do espírito e da natureza (GOMES, 2016, p. 156).

Nesse sentido, as anteriormente mencionadas influências no pensamento humboldtiano estão associadas ao mesmo movimento filosófico, o idealismo alemão pós-kantiano do final do século XVIII. Em razão, especialmente, de sua concepção de unidade, movimento, além da valorização da arte, da linguagem e da Estética como uma teoria explicativa da relação sujeito-objeto, da qual falaremos mais adiante. Além, por certo, de sua aproximação com o romantismo, o que reforça a filiação de Humboldt a essa corrente filosófica (MORAES, 1989).

Portanto, Pratt (1999) afirma que Humboldt procurou ao mesmo tempo, recompor a subjetividade europeia afastando-se de sua característica separação entre objetivismo e subjetivismo, entre ciência e sentimento, informação e experiência. Segundo a autora,

Humboldt propôs, ao lado de outros contemporâneos seus, uma nova "consciência planetária". Sua interpretação e descrição estética da natureza, aliada às revelações científicas, introduziria na literatura alemã uma forma completamente nova de discurso sobre a natureza.

As obras e pesquisas de Humboldt foram lidas e apreciadas por outras figuras de importância na época e extrapolaram os meios científico e artístico. Humboldt se tornou referência quando o assunto era América do Sul. Seu En*saio político sobre o reino da Nova Espanha*, publicado entre 1808 e 1811 em quatro volumes, popularizou-se à época em que a América Latina atravessava seus processos de independência. Thomas Jefferson, presidente dos Estados Unidos entre 1801 e 1809, foi grande apreciador da obra de Humboldt, afirmando que foi graças a ela, um verdadeiro tesouro de informações, que se tornara possível conhecer o vasto continente (WULF, 2016).

O interesse do então presidente norte-americano não se limitava, entretanto, a conhecer belas paisagens e peculiaridades sobre a cultura ou o clima dos vizinhos sulistas, mas, sua preocupação estava diretamente relacionada com o futuro dos países independentes e sua influência na economia dos Estados Unidos. Thomas Jefferson sabia que, unidas, as repúblicas livres da América do Sul eram um potencial rival econômico para seu país, tornando-se um vizinho muito poderoso (WULF, 2016).

O alcance do trabalho de Humboldt corrobora com a hipótese esposada neste trabalho em que se procura romper com a ideia de que as obras dos viajantes tinham apenas interesses científicos despretensiosos. Afinal, o viajante naturalista prussiano apresentou a América do Sul em detalhes ao mundo e aos seus líderes políticos mais expressivos:

> [...] geografia, plantas, conflitos de raça e exploração comercial espanhola com as consequências ambientais do julgo colonial e as condições de trabalho da mão de obra na produção manufatureira, nas minas e na agricultura [...] informações sobre receitas brutas, rendimentos públicos, proventos, impostos, taxas e defesa militar, sobre estradas e portos, e incluiu uma gama de tabelas com dados que variavam da produção de prata nas minas à produtividade agrícola, bem como o volume total de importações e exportações para e das diferentes colônias. Os volumes deixavam alguns pontos bastante claros: o colonialismo era desastroso para as pessoas e para o meio ambiente; a sociedade colonial era baseada na desigualdade; os povos indígenas não eram bárbaros, tampouco selvagens, e os colonos eram tão capazes quanto os europeus de realizar descobertas científicas e igualmente habilidosos para produzir arte e artesanatos; e o futuro da América do Sul baseava-se na agricultura de subsistência e não na monocultura e muito menos na mineração [...]. **O Ensaio político sobre o reino da Nova Espanha não era uma narrativa de viagem nem uma evocação de paisagens maravilhosas, mas um manual de fatos, dados concretos e números** (WULF, 2016, p. 228, destaque nosso).

Deve-se salientar que, ainda que Humboldt se afaste da racionalidade positivista enquanto única proposição metodológica de suas obras e de seu pensamento, a forte presença desse método se traduz em dados e informações que permitiam vislumbrar regiões praticamente desconhecidas das Américas enquanto fontes de recursos e matérias-primas passíveis de exploração. Humboldt caminha no sentido de sistematizar os levantamentos e informações coletados em suas viagens, lançando mão do esforço de criar de modo enciclopédico e sintético tal como previa o positivismo

clássico do início do século XIX, ele estava, de certo modo, permitindo o acesso à essas informações (GOMES, 2016, p. 159).

Humboldt acreditava que "as ciências estavam acima dos interesses nacionais" (WULF, 2016, p. 158), o que não o impediu, nesse sentido, de fornecer informações preciosas que serviram aos mais diversos interesses políticos e econômicos.

Thomas Jefferson, por exemplo, desejava ansiosamente encontrar-se com Humboldt para discutir, em especial, sobre o México. O território controlado pelos espanhóis era objeto de curiosidade do presidente, sendo até então, inacessível. Humboldt, entretanto, levou até ele "mapas, estatísticas e cadernetas com anotações", revelando-lhe informações sobre o novo território da Louisiana e sobre o México, questão urgente para Jefferson, a delimitação da fronteira entre a colônia espanhola e os Estados Unidos (WULF, 2016, p. 158).

Ao ser questionado pelo presidente sobre as informações que havia coletado em território mexicano, Humboldt não hesitou em fornecer suas anotações estatísticas, sobre população, agricultura, manufatura e comércio, além de informações sobre a região fronteiriça, entre os rios Sabine e Grande. "Menos de um mês depois, o presidente convocou uma reunião de gabinete acerca da estratégia dos Estados Unidos com relação à Espanha, em que discutiu de que forma os dados que tinha recebido de Humboldt poderiam influenciar as negociações entre os dois países" (WULF, 2016, p. 159).

Ao mesmo tempo, além de Thomas Jefferson, Simón Bolívar, líder político venezuelano, também estudou com afinco os volumes da obra de Humboldt e assim como o político norte-americano, tornou-se amigo e admirador do naturalista. As ideias de Humboldt, acerca dos prejuízos do colonialismo aos territórios sul-americanos, serviram de sustentação para Bolívar justificar a

espoliação sobre os recursos e o povo das colônias espanholas, liderando movimentos emancipacionistas na Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela. Portanto, a simpatia de Humboldt pela causa da independência das colônias americanas, evidencia em suas obras uma postura anticolonialista. Além da crítica estabelecida a qualquer relação de produção não capitalista, como a escravidão, por exemplo (MORAES, 1989).

Segundo Moraes (1989), esse posicionamento político e social está intimamente ligado ao Iluminismo, enquanto uma fecunda manifestação das formulações que sustentaram a revolução burguesa, no momento histórico em que essa classe aparecia no quadro social europeu como aquela que promoveria a transformação da ordem social vigente. Responsável, por entre tantas outras contribuições, pelo estímulo ao pensamento crítico e ao rompimento com os dogmatismos vigentes.

Embora esboçasse preocupação social para com as colônias visitadas, Moraes (1989) afirma que o interesse pelo material humano e sua análise enquanto ser social não se fazia presente em Humboldt. O homem, em sua concepção intelectual seria somente mais um elemento do quadro natural terrestre e, sua preocupação científica no âmbito da Geografia, estava voltada para o estudo da natureza, que, evidentemente "englobava a humanidade enquanto espécie ativa" (MORAES, 1989, p. 120), não sendo o homem, entretanto, seu objeto de estudo.

Já esboçamos anteriormente que o método humboldtiano extrapola as limitações impostas pelo positivismo clássico e transita por outras elaborações menos usuais à ciência de sua época, respondendo a proposições filosóficas que transcendiam o positivismo como único caminho possível para a aquisição do conhecimento. Ao denominar seu método de "empirismo raciocinado", combinando observação, descrição, indução, comparação e generalização, num processo que articularia a

diversidade e a unidade; a individualidade e a universalidade, bem como, a objetividade e a subjetividade, Humboldt acreditava ser possível ao final, estabelecer leis gerais e explicar a combinação dos fenômenos na superfície terrestre (MORAES, 1989).

Esse longo itinerário metodológico, voltado para a pesquisa geográfica, deixaria, segundo Moraes (1989, p. 117), "diferenciados resultados parciais (levantamentos, classificações, descrições locais, teorias sobre a distribuição dos fenômenos etc.), em si bastante relevantes". Assim, com vistas a compreender a unidade dos mais variados fenômenos naturais, Humboldt acabaria por oferecer, isoladamente, uma gama de material de interesse geográfico que poderia, eventualmente, ser utilizado com outros propósitos que não, essencialmente, os científicos, como os anteriormente mencionados interesses políticos.

Para além do material reunido nas viagens e no interesse que essas informações poderiam despertar, Pratt (1999) no alerta para o fato de que Humboldt, ao criar uma *imagem da natureza* sul-americana, refez, na verdade um caminho outrora percorrido pelos europeus séculos anteriores nas viagens exploratórias responsáveis pela colonização desse continente. Ou seja, construiu uma imagem da América frente a um discurso de acúmulo, abundância e "inocência". As imagens criadas por Humboldt não projetaram nenhum obstáculo ao progresso ocidental sobre as Américas.

> Às vésperas da independência da América hispânica, na eminência de uma "disputa capitalista pela América", não diferente da disputa capitalista pela África (ainda por vir), as *Imagens* de Humboldt e sua abordagem etsabelecem um novo começo para a história da América do Sul, um novo ponto de partida (norte-europeu) para o futuro que ora se inicia, e remodelaria aquela "terra-selvagem" (PRATT, 1999, p. 224).

A autora enfatiza que as imagens criadas por Humboldt foram, inevitavelmente, condicionadas por particulares circunstâncias ideológicas e históricas, além de relações particulares de poder e privilégio. A América do Sul, embora não necessitasse, foi reinventada como "natureza primal", em que Humboldt, mesmo quando retratou "as imagens canônicas das planícies do interior, montanhas de picos nevados, e as densas selvas", não o fez fora da história do euroimperialismo. Afinal, os habitantes dos *llanos* venezuelanos ou dos *pampas* argentinos, embora afastados dos centros coloniais, seriam convocados a lutar nas guerras de independência. A selva havia sido penetrada pelo sistema colonial das missões e a cordilheira andina, além de lugar de moradia da maioria dos habitantes do Peru, também foi o veio central da riqueza mineral colonial (PRATT, 1999).

Repetidamente, o discurso europeu sobre a paisagem das Américas afastava os povos nativos (indígenas, no caso da América espanhola, na qual se refere a autora) dos territórios aos quais outrora pertenceram, aproximando esses territórios dos interesses europeus. Nos relatos de viagem, assim como em Humboldt, deve-se questionar, segundo Pratt (1999) o papel "transculturador" desses discursos, ou seja, em que medida conhecimentos americanos são transportados para a Europa, produzindo conhecimentos apropriados pelos europeus que são constituídos por outros, de origem extra europeia.

Portanto, esses discursos que se materializaram em interesses diversos, ou que viabilizaram esses interesses através do envio de homens e mulheres que trabalharam com vistas a produzir esse material posteriormente utilizado na Europa, encontraram terreno fecundo nas produções dos viajantes estrangeiros, tanto pela América espanhola, como pelo Brasil.

De modo semelhante observamos esse processo nas viagens por Minas Gerais, conforme proposta deste trabalho, os interesses

foram de encontro com os relatos de viagem e demais produções científicas e absorveram deles o material geográfico, político e social que atendesse aos vislumbres das principais nações imperialistas europeias, como veremos adiante. Tantos outros viajantes posteriores, muitos dos quais inspirados por Humboldt e sua influência científica, reuniram em suas obras material coletado durante as viagens, que, embora não tenham seguido estritamente seu método de pesquisa, levaram inúmeras possibilidades de reconhecimento e compreensão dos lugares visitados.

Antes de prosseguir, é necessário dar visibilidade a outra importante figura do século XIX que dividiu os olhares atentos da ciência oitocentista, essa figura foi Charles Darwin, responsável por revolucionar o entendimento humano sobre a origem e evolução das espécies. Tendo se distanciado completamente de outras interpretações metodológicas que não fossem referentes ao positivismo, enquanto método de pesquisa, Darwin ocupará posição de destaque na ciência até os dias atuais, e sua obra também ecoará entre os viajantes e cientistas do século XIX.

Segundo Lisboa (1997), somente Darwin conseguiu superar a importância de Humboldt na produção científica naturalista da primeira metade do século XIX, esse feito é ainda maior se considerarmos, conforme ressalta a autora, que o barão prussiano fora a “estrela guia” da maioria dos projetos e missões que tinham como destino a América. Em função, justamente da importância desses nomes para a construção do pensamento científico no século XIX, bem como, de sua influência incontestável nos viajantes posteriores a eles, fez-se necessário aqui deslindar um pouco mais sobre a trajetória pessoal e intelectual de ambos. Considerando ainda, por certo, os métodos que os guiaram na realização de suas pesquisas.

## DARWIN: UM VIAJANTE NATURALISTA A BORDO DO BEAGLE

"Nasci naturalista". Assim, um dos revolucionários do pensamento científico do século XIX se define, no anseio de que essa simplória afirmação fosse suficiente para explicar a grandiosidade de seus feitos e a genialidade de sua pesquisa. E segue dizendo: "Minha paixão pela ciência natural tem sido constante e ardente" (BROWNE, 2011, p. 22). Fruto dessa paixão nasceu a teoria darwinista e a ideia da evolução das espécies pela seleção natural. Segundo Browne (2011), pelo trabalho de ter "retirado" Deus do processo da criação humana, Darwin colheu os frutos e sofreu as consequências. Um homem como ele, foi também, para além da genialidade, o resultado de muitas oportunidades que lhe possibilitaram desenvolver seu pensamento científico (BROWNE, 2011, p. 22-23).

Nascido em 1809 em família abastada na Inglaterra, pai médico de posses e mãe herdeira de uma fábrica de porcelanas, pôde estudar medicina na *Cambridge University* e tecer uma rede de relações pessoais que anos mais tarde garantiriam seu embarque no *Beagle* e sua presença nos "círculos científicos de Londres". Herdeiro também de uma família de outros feitos científicos, seu avô, Erasmus Darwin publicou o livro *Love of the Plants* na década de 1790. O casamento com uma prima da classe alta proporcionou-lhe a tranquilidade e a segurança que necessitava para embarcar em seus feitos científicos (BROWNE, 2011, p. 22-23).

Sobre Darwin, cabe dizer que justamente a rede de relações pessoais que o "transportou" aos lugares mais cobiçados entre os intelectuais da época, acompanhou-o por toda a vida. A autora de sua mais recente biografia, afirma que sua obra prima, *A origem das espécies*, não pode ser vista como uma conquista individual. Afinal,

para que ela se concretizasse, Darwin mobilizou sua família, amigos, professores, especialistas e todos mais que pudessem, de algum modo, contribuir para a pesquisa. Para a autora, embora a teoria fosse sua, ele absorvera todas as informações necessárias desse círculo de convivência, usando-as a seu favor (BROWNE, 2011).

**Figura 3 - Charles Darwin aos 7, 24, 45 e 69 anos de idade**



Fonte: Universidade de São Paulo (2018).

Ademais, assim como outros grandes nomes da ciência do século, Darwin garantiu recursos governamentais para custear a publicação de suas obras, fruto da viagem, anos mais tarde. Para ele, os anos que passara a bordo do Beagle foram definitivos para determinar sua carreira, e a publicação de *A zoologia da viagem do HMS Beagle* (1838-1843), deveria se assemelhar "numa escala menor, às magnificas publicações de Humboldt" (WULF, 2016, p. 328).

Entre os grandes nomes que se tornaram sua inspiração, está, portanto, o do próprio Alexander von Humboldt, responsável por fazê-lo embarcar no *Beagle* como voluntário e leitura obrigatória durante a viagem. Os sete volumes da *Narrativa pessoal* de Humboldt o acompanharam juntamente com seus exemplares, escolhidos a dedo, de botânica e zoologia (WULF, 2016, p. 322).

A épica viagem rumo aos trópicos despertou em Darwin sentimento semelhante ao de Humboldt ao desvendar as paisagens pitorescas e exuberantes, "um perfeito furacão de deleite e assombro" (WULF, 2016, p. 320). Durante quase cinco anos o Beagle, que iniciou sua viagem por Tenerife e Cabo Verde, passou também pelo Brasil (Bahia e Rio de Janeiro), Montevidéu, Malvinas, Chile, Galápagos, Nova Zelândia e Austrália. As observações feitas por Darwin em seu trajeto basicamente "revisitavam" as anotações de Humboldt, "as novas sensações" e a "alegria de poder ver" pela prima vez as "constelações do Hemisfério Sul ou ao visitar as planícies chilenas após dias explorando a floresta indomada" (WULF, 2016, p. 324).

Segundo Wulf (2016, p. 325), tamanha admiração acabou refletindo também em sua escrita. Tomando como modelo a redação de Humboldt, Darwin fundiu em seu diário de viagem a linguagem científica e a escrita poética, tornando-o extremamente similar à *Narrativa pessoal*. As semelhanças entre ambos não paravam na escrita. Ao compreender o mundo natural sob outra perspectiva,

combinando minuciosa observação dos menores detalhes da paisagem para, em seguida, tecer comparações e elevá-las para uma outra escala de análise, Humboldt e Darwin partiam do microscópico (particular) para o macroscópico, panorâmico (geral).

Inegável, entretanto, é a essência positivista das análises darwinistas. Ainda que sua escrita permitisse algumas elaborações alheias ao campo científico, os procedimentos que o levaram a constatar os mecanismos da evolução das espécies seguiam rigorosos procedimentos de observação, comparação, experimentação. O positivismo, "herdeiro legítimo da ciência do Século das Luzes" e da "agitação causada pela filosofia" (GOMES, 2007, p. 85), fez do século XIX, segundo Gomes (2007, p. 85), o momento da consolidação do pensamento científico, em que a metafísica fora definitivamente substituída por um conhecimento objetivo e racional.

Barbosa (2007) explica que, para o positivismo, o objeto somente poderia ser compreendido se fosse estudado objetivamente e exteriormente ao sujeito, como "coisa" que se relaciona com outra e possui uma "lei natural geral" que a explica como fenômeno. Portanto, o único "espírito" que rege as explicações sobre as coisas, deve ser o "científico". Para que isso ocorra é preciso sempre utilizar métodos indutivos ou dedutivos, com o rigor da análise positivista que promove a chamada "higienização do real" ou seja:

> Levanta-se uma hipótese plausível a partir da dúvida metódica, isola-se o fenômeno para que ele possa ser compreendido "científico-empiricamente" e, de acordo com um procedimento metodológico, chega à grande lei explicativa que há em todo fenômeno. Dito de outra maneira, provar a verdade de uma hipótese que foi construída sob os rigores que exige a dedução metódica (BARBOSA, 2007, p. 80).

Esse conhecimento normatizado, responsável pelo estabelecimento de leis gerais (a partir de observações particulares), tal qual realizava Darwin, partia de procedimentos rigorosos que obedeciam a uma racionalidade específica do fazer científico. Para entender esses procedimentos, é necessário recorrer a duas correntes filosóficas oriundas do século XVII, o *racionalismo* e o *empirismo*. O racionalismo cartesiano foi a denominação dada ao método criado por René Descartes, que, em sua busca pela verdade, teve como ponto de partida a dúvida e, enquanto ser que duvida, pensa e, se pensa, existe. Daí a máxima, "penso, logo existo" (ARANHA; MARTINS 2003, p. 131).

Enquanto ser pensante, o ser humano apoia-se nas ideias que Descartes chamou de *inatas*, ou seja, aquelas estritamente verdadeiras, não sujeitas a erros, pois, advém da razão e são independentes das demais ideias, exteriores, formadas a partir dos sentidos ou da imaginação. Como ideias inatas, ele apresenta o *cogito*, pelo qual o ser humano se descobre ser pensante e, as ideias de infinitude e perfeição de Deus e, as ideias de extensão e movimento. Como se observa, Descartes caminha no sentido de promover uma ampla valorização da razão, do entendimento, do intelecto. Como consequência desse movimento, Aranha e Martins (2003), afirmam que se acentua a partir de Descartes, o "caráter absoluto e universal da razão", que, partindo do cogito, descobre todas as verdades possíveis (ARANHA; MARTINS 2003, p. 131).

Opondo-se à possibilidade de se estabelecer verdades universais, uma vez que, a inteligibilidade está diretamente relacionada aos sentidos, porém, não negando a fonte racional do conhecimento (ou racionalismo) John Locke e David Hume propõem o *empirismo*. Para os empiristas a "limitação da abrangência do conhecimento humano é largamente compensada pela extensão proporcionada pelo conhecimento empírico", e, portanto, "a percepção e não mais o trabalho intelectual sobre as

imagens sensíveis é vista como a fonte ordinária do conhecimento (HAGUETTE, 2013, p. 202).

Ressalta-se, que, embora sejam colocadas em lados opostos, *racionalismo* e *empirismo* são duas faces da mesma moeda. Conforme apontam Aranha e Martins (2003) e Haguette (2013), não se pode afirmar que o racionalismo exclua completamente a experiência sensível, mas, que segundo essa corrente, a experiência está sujeita a enganos, seja "pela observação é falha por desatenção ou incompletude". Na mesma medida em que, a razão não é posta de lado pelos empiristas, uma vez que, ela aparecerá posteriormente, ainda que subordinada à experiência.

Em uma tentativa de superar a dualidade entre racionalismo e empirismo, Immanuel Kant na sua *Crítica da razão pura*, questiona a existência de uma "razão pura" que seja completamente independente da experiência e desenvolve a partir disso, o método conhecido como *criticismo*. Ao passo em que critica os empiristas e o conhecimento oriundo dos sentidos, também nega o racionalismo e as ideias inatas. Para Kant, "o conhecimento deve constar de juízos universais, da mesma maneira que deriva da experiência sensível", ou seja, "ainda que ele reconheça a experiência como fornecedora da matéria do conhecimento, é o nosso espírito, graças às estruturas a *priori*, que constrói a ordem do universo" (ARANHA; MARTINS 2003, p. 136).

Tendo por base esses pressupostos, Aranha e Martins (2003) afirmam que a filosofia *kantiana* influenciará dois polos distintos da ciência no século XIX: o *positivismo* e o *idealismo*.

As novas necessidades de compreensão da sociedade que advêm do século XVIII, como resultado da Revolução Industrial e suas transformações técnicas essenciais, refletirão também na organização social, e acabarão impondo cobranças também à ciência. Nesse contexto, o *cientificismo* passa a ser entendido

hegemonicamente como o único caminho possível para possibilitar essa compreensão, e o método das ciências da natureza, passa a ser o único com validade científica, estendendo-se também ao campo das ciências sociais e humanas (ARANHA; MARTINS 2003, p. 140).

Esse método, de amplo alcance durante o século XIX é o *positivismo*, cujo principal representante é Augusto Comte. Comte afirma que o espírito humano teria passado por três estados históricos diferentes: o *teológico*, em que as explicações são fornecidas a partir do sobrenatural; o *metafisico*, em que o sobrenatural é substituído por forças e noções abstratas e, o *positivo*, que decorre do aparecimento da ciência e se dá através da observação e do raciocínio, objetivando alcançar leis efetivas. Esse estado, chamado *positivo*, segundo Comte, é a oposição aos outros dois e representa a maturidade do espírito humano (ARANHA; MARTINS 2003, p. 140).

O positivismo, que retoma a crítica feita por Kant à metafisica no século XVIII, coloca a razão no centro do debate e delega à mesma a responsabilidade de compreender as relações necessárias e constantes entre os fenômenos, ou seja, as *leis invariáveis* que os regem. Essas leis invariáveis, oriundas da física e sustentadas pelo postulado do *determinismo*, influenciam também as ciências humanas. Assim, o determinismo cientificista desconsidera outras formas de compreensão da realidade que não sejam positivistas, entre as quais, a religião e a metafisica (ARANHA; MARTINS 2003, p. 140-141).

Cabe ressaltar que, como resultado do determinismo cientificista e sua influência na compreensão da sociedade sob a perspectiva positivista, Comte, inspirado também por outras teorias de desenvolvimento cerebral, entende que o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais é restrito a uma pequena parcela da população. Em sua concepção, somente uma parte dos homens teria

a capacidade de desenvolver a parte frontal do cérebro, responsável pela inteligência e sentimentos morais. E vai além, afirmando que, os demais seres humanos, desprovidos dessa capacidade e dominados, portanto, pela afetividade, causadora da instabilidade social, precisam ser guiados em nome da ordem social, a fim de se garantir "o progresso dentro da ordem" (ARANHA; MARTINS 2003, p. 141).

Aranha e Martins (2003) afirmam que alguns autores consideram a filosofia comteana como uma reação conservadora à Revolução Francesa. Para outros, entretanto, seu pensamento não chega a alcançar o status de contra-revolucionário, mas, busca instaurar uma *ordem* soberana. Ordem que, segundo as autoras, teria o sentido de "arranjo" e "mando", enquanto uma necessidade de se classificar as ciências e o conhecimento de modo estanque. Seu conceito de ciência é, portanto, de um "saber acabado".

A ciência, conforme concebida por Auguste Comte, tinha papel central, inclusive, no desenvolvimento social, responsabilizando-se pela organização da sociedade a partir de bases positivistas ao invés de crenças teológicas e metafísicas. Essa "base positivista" advinha principalmente da biologia e medicina, apoiando-se na noção de organismo (ARANHA; MARTINS 2003, p. 141).

A influência de Kant sobre o idealismo, por sua vez, deriva, segundo Aranha e Martins (2003), do fato de que, na filosofia kantiana, não é possível conhecer a coisa-em-si, uma vez que, podemos somente apreender os fenômenos, ou seja, "o que aparece". Para Kant, nós participamos da construção do mundo dos fenômenos e, eles só existem na medida em que "aparecem" para nós. Portanto, o conhecimento em Kant somente pode ser construído pela forma *a priori* do espírito e pela matéria que a experiência *sensível* nos fornece (ARANHA; MARTINS 2003, p. 136).

Decorre disso, o fato de Kant afirmar na Crítica da razão pura a existência do conhecimento metafísico, uma vez que, não é possível obter uma experiência sensível do que é sobrenatural. Kant procura na *Crítica da razão prática* restaurar o rompimento com a metafisica, ocupando-se do debate da ação moral, na qual o ser humano pode agir mediante sua própria vontade (ARANHA; MARTINS 2003, p. 136).

Assim, Aranha e Martins (2003) afirmam que o pensamento kantiano é conhecido como *idealismo transcendental*. Idealista porque, apesar de reconhecer a experiência como fornecedora do conhecimento, o nosso espírito e suas estruturas *a priori*, constroem a ordem do universo. Nesse sentido, o pensamento kantiano acaba por influenciar idealistas como Hegel, Schelling e Fichte.

Cabe fazer mais algumas considerações sobre a estética romântica e a contribuição kantiana a partir de sua *Crítica do juízo*, elaborada em 1790, tendo em vista que sua obra foi influência para Humboldt, abordado anteriormente.

Caminhando no sentido oposto da estética racionalista ou cartesiana, Kant elabora a distinção entre percepção estética e outras formas de pensamento conceitual, além de diferenciar o juízo estético dos juízos sobre outras fontes de prazer e juízos de utilidade e bondade. Ademais, dividiu a beleza em duas espécies: a livre, que independe de conceitos de perfeição ou uso e a beleza dependente desses conceitos. Em Kant, os juízos estéticos estão primeiramente relacionados com a beleza e a experiência do belo ocorre no campo do sensível, independentemente de qualquer interesse de outro tipo. A beleza para Kant, portanto, reside na atitude desinteressada do sujeito em relação às experiências por ele vivenciadas. Aranha e Martins (2003, p. 395), afirmam que "o que garante a universalidade dos juízos estéticos é o fato de que todos os homens têm a mesma faculdade de julgar, assim como a razão é idêntica para todos" (ARANHA; MARTINS 2003, p. 395).

*O juízo de gosto* kantiano é fundamental por inaugurar uma nova forma de lidar com a natureza e suas representações. Nesse sentido, o agradável está ligado às sensações, ao prazer oferecido por um objeto ou situação. O que é bom está ligado ao que é útil, relaciona-se diretamente moral. O juízo de gosto deve ser puramente contemplativo, não devendo demonstrar interesse ou finalidade. O que é belo, nesse sentido, é antes de tudo, universal e particular. É universal porque se estende a todos os sujeitos e particular porque "se realiza na intuição espontânea do sujeito diante do objeto, uma apreciação estética" (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 08).

Nesse sentido, para Silveira e Vitte (2010, p. 09), quando Kant trabalha com a percepção estética, ele está situando o papel da intuição no campo do conhecimento. A importância disso para Humboldt e para a constituição da Geografia Moderna reside no fato de que a *paisagem* como categoria analítica situa-se na "perspectiva intuitiva de contemplação das formas".

Ademais, em sua *Crítica do juízo*, Kant desenvolve a noção do princípio teleológico da natureza, que se distancia de uma causalidade mecânica e linear. De acordo com sua faculdade do juízo reflexiva, é possível, a partir de dados objetivos do mundo dos fenômenos, caminhar no sentido de uma lei geral que explique a dinâmica da natureza. Assim, a natureza atuaria segundo fins, segundo uma teleologia própria a ela mesma (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 08).

Essa discussão, segundo Silveira e Vitte (2010, p. 09) é essencial porque é a partir dela que se desenvolve o pensamento romântico alemão do século XIX. A paisagem ganharia um sentido analítico e revelaria uma ordem da natureza em busca de seu fim. Elementos de extrema importância na obra de Humboldt e na constituição da geografia moderna, como já apresentado anteriormente.

A estética romântica, construída a partir de então, resumia-se em algumas expressões como, *gênio*, *imaginação*, *originalidade*, *expressão*, *comunicação*, *simbolismo*, *emoção* e *sentimento*. A ideia de gênio está relacionada à figura do artista e seu dom intelectual e espiritual inato. A imaginação, coloca-se eventualmente acima da própria razão, por ser uma faculdade responsável por captar a verdade e é considerada um dom do artista. O simbolismo, por sua vez, refere-se, no romantismo, às obras de arte, enquanto "encarnação material de um significado espiritual" (SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 08).

Para Barbosa (2011, p. 52), a estética romântica foi responsável por desenvolver uma nova forma de pensamento que partia do "eu" e se colocava em oposição aos pressupostos da lógica afirmados pelo Iluminismo. Essa revolução somente foi possível porque o pensamento kantiano somado às revoluções inglesa e francesa possibilitou vislumbrar a transformação do mundo por outras vias (não convencionais) como as que eram seguidas até ali.

Cabe ressaltar que os românticos também receberam influência do pensamento de Plotino, especialmente os alemães que puderam embasar sua *Naturphilosophie*. Barbosa (2011, p. 984) reforça que a discussão de beleza em Kant foi responsável por anunciar os prelúdios das teorias românticas, uma vez que, a ideia de contemplação kantiana ofereceu aos românticos condições para observar a natureza não como engenhosidade mecânica, mas sim como perspectiva estética. Reside aí, portanto, a influência do romantismo em Humboldt.

Diante do exposto, entendemos, em conformidade com Gomes (2016, p. 26), que a racionalidade tida como hegemônica até meados do século XIX, na verdade, conviveu com diversas outras "contracorrentes". É contestada, nesse sentido, a dominação da razão enquanto ideia universal e dominante desde o Século das Luzes, demonstrando o autor que, na verdade, existe um "duplo caráter",

em que a razão representa um saber "metódico e normativo", e as "contracorrentes" aparecem em oposição a ela.

Amparando-se na premissa de que a ciência é o elemento fundador da modernidade, tal como já apontamos anteriormente ao citar Habermas (2000), Gomes (2016, p. 27) afirma que reside nesse ponto a fragilidade dos debates acerca da modernidade, tendo em vista a "legitimidade e os limites da razão". Sendo assim, ainda que haja controvérsias na delimitação temporal do período em que denominamos o início da "modernidade", é preciso esclarecer que em torno da ciência, segundo esse geógrafo, constituíram-se "dois polos epistemológicos distintos e opostos entre si, com diferenças metodológicas evidentes".

Um deles é resultado do Iluminismo e prevalece a universalidade da razão. Sendo assim, a verdade somente poderia ser alcançada através de uma lógica científica coerente, que fosse ordenada e sistemática, respeitando a "não-contradição, a generalização e a demonstração". Com resultado desse sistema, o conhecimento deveria progredir gradualmente. Para a ciência racionalista, o método lógico racional deveria se constituir no único caminho possível para garantir a veracidade entre o pensamento e a realidade. A explicação deveria ser o resultado da análise de um dado fenômeno, que, partindo da observação do que é particular e concreto, caminharia para o geral e abstrato, construído a partir do raciocínio lógico, na busca pela elaboração de verdades universais (GOMES, 2016, p. 32).

O outro polo epistemológico, também fruto do Século das Luzes, coloca-se, entretanto, em oposição ao primeiro. Compõe-se de "contracorrentes" em que a razão não é universal. Ou seja, não há possibilidade de que ela tenha sempre a mesma forma e as mesmas atribuições. Sendo assim, valoriza-se um fenômeno em seu contexto singular, impossibilitando a generalização a partir de uma "exterioridade que não corresponde à essência do fato observado".

Nesse sentido, esse polo epistemológico não previa o distanciamento do objeto, pois assim, perderíamos "a riqueza da diversidade dos fenômenos". Por isso, "o sentimento, a empatia, a identidade, são instrumentos epistemológicos tão importantes quanto o raciocínio lógico" (GOMES, 2016, p. 33).

A oposição entre esses dois polos, que podemos denominar *positivismo* e *romantismo*, segundo Gomes (2016), apresenta-se como problemática recorrente nas ciências sociais, entre elas a Geografia. Segundo o autor, esses dois polos epistemológicos opostos colocam em xeque a racionalidade e sua centralidade na ciência moderna. O racionalismo que ganha ares de parcialidade e reducionismo, confronta-se diretamente com a subjetividade e a valorização dos sentidos, presente nas "contracorrentes". Reforça o autor que, "parte-se da concepção de que a ciência moderna se alimenta da controvérsia entre esses dois polos, através da qual são asseguradas simultaneamente a manutenção do movimento permanente da ciência" (GOMES, 2016, p. 40).

É importante ressaltar, entretanto, que apesar do fato incontestável da oposição frontal entre os polos epistemológicos discutidos por Gomes (2016), o século XIX é marcado pela sistematização da dialética hegeliana e pela sua contestação direta, o materialismo histórico e dialético, complexizando muito mais o debate. Não cabe nos propósitos desta tese entrar nesse campo de discussões, mas não se quer aqui olvidar os grandes embates filosóficos, científicos e políticos daquele tempo e daquela sociedade que, sem dúvida, está envolta em desafios decisivos para os encaminhamentos que se deram dali para frente. Não se pretende ainda, desconsiderar a hegemonia do pensamento racionalista positivista que se consagra desde então indiscutivelmente no que se refere à compreensão dos fenômenos naturais e se apresenta como uma possibilidade explicativa para os fenômenos da vida social. O século XIX foi marcado pelo desenvolvimento das ciências

biológicas e das sociais. A sociologia que promove, para Comte, a ligação entre o "homem e a cultura", poderia ser o caminho para a reforma social (GOMES, 2016, p. 40). Não coincidentemente, grande parte da institucionalização das ciências humanas ocorre nesse século, entre as quais, figura a própria Geografia.

É nesse contexto turbulento de ideias ao longo do século XIX que se desenvolvem as chamadas teorias evolucionistas. Envoltas pelo tripé natureza, sociedade e ciência, passam a ser o caminho explicativo para as descobertas do próprio Darwin ou de Lamarck[3]. A leitura de ambos, de caráter estritamente "naturalista", coloca a natureza no centro do evolucionismo e suas variações passam a ser explicadas a partir de uma dinâmica específica, prática e organicista. A ideia de "organismo" deixa definitivamente para trás a concepção advinda da física no século anterior, de natureza e sociedade "máquina" (GOMES, 2007, p. 86).

A natureza "máquina" de René Descartes é entendida como um sistema de leis matemáticas regidas por um Deus racional. Em sua obra, de acordo com Gomes (2016, p. 72), já aparecem os princípios fundamentais que comporão a reflexão no Século das Luzes: o princípio da crítica, a razão natural, a ideia de ciência progressiva e o uso de uma linguagem para toda a ciência, a matemática. Somente a manutenção de Deus como "única prova final" foi questionada no âmbito do racionalismo cartesiano.

Charles Darwin, ao retornar de sua viagem pelas Américas à Inglaterra, em 1836, estava absorto em suas descobertas e com os baús carregados de amostras de animais, fósseis e rochas. Agora, com o todo material que conseguira reunir em cinco anos a bordo do *Beagle*, necessitava inserir-se de uma vez por todas no mundo científico. Participava das reuniões das *Royal Society*, das

[3] Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet ou Chevalier de Lamarck, foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, inspirando as ideias pré-darwinistas sobre a evolução.

Sociedades Geológica e Zoológica, sem deixar de manter contato com os amigos que frequentavam essas organizações ou trabalhar em seus artigos (WULF, 2016, p. 328-329).

Em 1839 veio a publicação de seu diário, *Viagem de um naturalista ao redor do mundo* e um exemplar foi prontamente enviado à Humboldt para que ele o apreciasse. O resultado não poderia ser mais glorioso: Humboldt não só teceu comentários a respeito de cada observação de Darwin, como o elogiou publicamente em uma carta à Sociedade Geográfica de Londres, afirmando que aquela era "uma das obras mais extraordinárias que, no decorrer de uma longa vida, tive o prazer de ver publicada". O diário aliado aos elogios de Humboldt cumprira seu papel, tornando Darwin um homem famoso (WULF, 2016, p. 328-329).

Mas, seu trabalho estava apenas começando. Entre 1839 e a publicação de *Origem das espécies* passar-se-iam 20 anos. Foi com o auxílio do amigo ornitólogo John Gould que trabalhou na identificação dos pássaros coletados após seu retorno do continente americano, que, pela primeira vez o inglês percebeu que as diferentes espécies coletadas em variadas ilhas, deveriam, devido a seu isolamento geográfico, ter evoluído a partir de um ancestral comum que migrara para as ilhas (WULF, 2016).

Sempre vindo em seu auxílio, estava a *Narrativa pessoal* de Humboldt, que outrora escrevera sobre a geografia das plantas e suas "zonas de vegetação" com espécies semelhantes em ambientes completamente isolados uns dos outros. Além de outras reflexões pertinentes sobre a semelhança entre os crocodilos do Orinoco e os lagartos europeus. Outra obra, agora de um economista, Thomas Malthus[4], foi essencial para dar corpo às suas teorias. Aliada às

[4] A teoria malthusiana previa que a população do mundo cresceria em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética. Ou seja, a população aumentaria muitos mais que a produção de comida, levando à fome e miséria. A menos que, eventos como as guerras ou epidemias tratassem de "controlar" o crescimento da população mundial.

proposições de Humboldt que apresentavam a dinâmica populacional das capivaras, que na mesma proporção em que se reproduziam eram devoradas pelas onças ou crocodilos, mantendo sua população estável, a obra de Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população*, teve impacto direto na teoria darwinista.

Assim, a seleção natural proveria o equilíbrio necessário para a manutenção das espécies e, conforme previra Humboldt anos antes, as plantas e animais estariam interligados por uma rede de complexas relações, a "teia da vida" humboldtiana, revisitada por Darwin na "árvore da vida" da qual se originariam todas as espécies animais e vegetais, a base para sua teoria da evolução. A *Origem das espécies* estaria, portanto, intimamente ligada à *Narrativa pessoal* de Humboldt, unindo dois ilustres viajantes separados por alguns anos, mas, que compartilhavam a mesma paixão pela ciência.

Ressalta-se que, segundo Geraldino (2016), Darwin não foi o primeiro a propor uma teoria evolutiva e para sustentar suas teorias foi necessário romper com alguns conceitos bastante delicados, especialmente o de *essencialismo biológico*, que entendia que cada espécie possuía uma essência própria, não-mutável, e adaptadas ao meio onde habitavam, sendo, portanto a base da *Teologia Natural* vigente. Para que a teoria evolutiva fosse viabilizada por meio da seleção natural era preciso reconhecer as sutis diferenças entre os indivíduos de uma mesma espécie, para que se pudesse "pensar que tais variações possam vir a ser selecionadas de forma diferencial, e herdadas para futuras gerações, em relação às condições de determinados meios" (GERALDINO, 2016, p. 38).

Outra teoria presente em seu arcabouço teórico é o *nominalismo*, que, ao contrário do *essencialismo*, coloca as espécies em um movimento constante de evolução. Nessa perspectiva:

> Darwin vai entender tais diferenças individuais como potenciais caminhos evolutivos distintos. A cada nova geração, a espécie se transforma devido à presença de variações individuais selecionadas diferencialmente sob condições do meio e passadas hereditariamente para as futuras gerações. Não haveria aqui, portanto, um retorno a um tipo, a uma essência, isso, ao contrário, se esfacelaria, pouco a pouco, em cada geração, dando origem a novas espécies (GERALDINO, 2016, p. 41).

Portanto, a evolução tal como previa Darwin, não caminhava em uma direção determinada, "mas sim na relação dos indivíduos para com seus ambientes, cujo único fim é manter-se vivo para reproduzir-se" (GERALDINO, 2016, p. 50). A transformação dos seres vivos em Darwin se dariam de uma forma não-finalista, por isso, não haveria uma escala ou hierarquia natural entre os seres vivos e, a ideia de progresso enquanto melhoria relativa a um ideal e, a "ideia de formas simples se desenvolverem por uma força interna aumentando o grau de complexidade orgânica até resultar na forma dos seres humanos é algo que se associa aos escritos de Lamarck e não os de Darwin" (GERALDINO, 2016, p. 50).

Para Darwin, ainda é preciso esclarecer o papel do meio natural na evolução das espécies ou na modificação dos seres vivos. Enquanto Lamarck baseava-se na influência do meio geográfico como fator determinante para essas modificações, dando ao ambiente "prioridade na explicação evolutiva", uma vez que, "mudanças em suas configurações físicas obrigariam os organismos a operarem transformações adaptativas por meio de esforços contínuos que resultassem em aumentos ou diminuições de suas estruturas fisiológicas que, por sua vez, seriam passadas para as gerações seguintes" (GERALDINO, 2016, p. 51), Darwin entendia o meio natural como um fator de importância secundária.

Portanto, na perspectiva darwinista, segundo Geraldino (2016), o ambiente não seria fator determinante para a evolução das espécies, ocasionando somente variações casuais nos descendentes. Assim, ainda que Darwin reconhecesse a influência ambiental como agente causador de variações diretas e indiretas nos organismos, "a seleção natural ambientalmente exercida apenas retiraria as variações e não as promulgaria" (GERALDINO, 2016, p. 51).

Um dos principais desdobramentos da teoria darwinista nas ciências sociais e humanas, entre as quais, a geografia, é o chamado "darwinismo social", que, segundo Geraldino (2016, p. 189), foi equivocadamente denominado, pois, a referida teoria social baseada na "brutal luta pela existência", refere-se, na verdade, a um "lamarckismo social", tendo em vista que, a proposição de "sobrevivência dos mais aptos", diante, por exemplo, da miséria, serviria como estímulo para que os indivíduos evoluíssem. O meio teria, nesse contexto, papel fundamental na evolução, tal como concebeu Lamarck.

Assim, o darwinismo social enquanto uma teoria amplamente difundida que compreendia o processo de evolução da sociedade baseado na sobrevivência dos mais "aptos", serviu como base para legitimar estudos sobre a demografia e o aumento populacional, além de ideias de fundo imperialista e racista. Na geografia, teorias semelhantes também ecoaram entre os intelectuais na transição do século XIX para o XX. A mais evidente influência, deu-se no pensamento de Friedrich Ratzel, na chamada escola determinista e em suas teorias *antropogeográficas*.

Embora a concepção *ratzeliana* de geografia muito devesse à Ritter e Humboldt, está amplamente estruturada sob uma visão darwinista. Ao estabelecer leis gerais sobre a influência da natureza sobre o homem, Ratzel coloca-o sob uma perspectiva ainda não vista. Seu pensamento exerce influência considerável no desenvolvimento da geografia. Tanto na França, onde Vidal de La

Blache acompanha atentamente suas publicações, quanto nos países anglo-saxônicos (CLAVAL, 2015).

Os principais conceitos desenvolvidos pelo alemão são os de *espaço vital* e de *território*, indicando de antemão o caminho tomado em sus proposições. Assim, como pontua Moraes (1990), a disputa pelo território é uma condição inerente dos homens e, tanto a luta como a propriedade são colocadas por ele como naturais à história. Ratzel concebe o embate entre sociedades, etnias e nações um processo normal que garante a expansão de um povo e a conquista territorial. Sob esses preceitos, o elogio ao colonialismo feito por Ratzel vai conferir ao seu pensamento as bases para o expansionismo alemão no contexto da unificação no século XIX (MORAES, 1990).

O darwinismo social esteve presente também no cenário brasileiro e nas teorias raciais que aqui foram introduzidas após 1870. Schwarcz (1993), ressalta que as teorias evolutivas, bem como o próprio positivismo científico, tornaram-se verdadeiros paradigmas na época, resultando em diversas escolas ou interpretações.

A autora explica que, não coincidentemente, essas correntes de pensamento fortificaram-se com as viagens empreendidas pelos europeus em outros continentes. Inaugurando um debate alimentado pela conquista de territórios pouco conhecidos e, evidentemente, pelo contato do europeu com outras etnias. Foi no decorrer do século XIX que o termo *raça* passou a ser introduzido na literatura especializada, "inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos" (SCHWARCZ, 1993, p. 63).

Entre os postulados do darwinismo social estava o debate sobre a *miscigenação*, entendida de forma pessimista por ser considerada degenerativa, uma vez que, não seria possível se transmitir caracteres adquiridos, nem mesmo pela evolução social.

Esse discurso resultou no enaltecimento dos "tipos raciais puros", ocasionando práticas de submissão e eliminação das consideradas raças inferiores, como a *eugenia*[5], por exemplo. Para os darwinistas sociais, portanto, o progresso estaria restrito às sociedades "puras", livres da miscigenação (SCHWARCZ, 1993, p. 80).

Esse debate, intensamente difundido entre os intelectuais europeus e, posteriormente, introduzidos no cenário brasileiro esteve em evidência até meados da década de 1930. Segundo Schwarcz (1993), os intelectuais brasileiros e estrangeiros estarão vinculados às mais diversas instituições científicas, entre as quais os Museus etnográficos, onde seus discursos ressoarão entre os demais e suas teorias serão reconhecidas.

Discursos estes, reconhecidos e reproduzidos também pelos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante o século XIX, quando, as questões raciais, o estranhamento e o preconceito demonstrado pela maioria deles, ficará evidente em suas obras.

[5] Termo criado em 1883 pelo cientista Francis Galton, cujo sentido era intervir na reprodução da população. Proibindo, por exemplo, casamentos inter-raciais e restrigindo "alcoolatras, epilépticos e alienados", visando o equilíbrio genético e o aprimoramento das raças (SCHWARCZ, 1993, p. 78-79).

# CAPÍTULO 3

*O Século das Luzes à Luz da Ciência:*
*A Contribuição do Pensamento Científico*

# O SÉCULO DAS LUZES À LUZ DA CIÊNCIA: A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO

Sabe-se que as *Minas Gerais* foram rota de passagem de diversos viajantes nos séculos XVIII e XIX e início do século XX, interessados em conhecer a região que se desenvolveu em função da atividade mineradora. A província das Minas Gerais recebeu, pelo menos 110 viajantes identificados durante o século XIX que produziram diversos relatos sobre a região.

No período em questão, o Brasil ainda exercia grande fascínio sobre a imaginação do europeu, por sua natureza exuberante e por seus habitantes, que resultava da mescla de diversas culturas e etnias. Diante da minuciosa descrição dos viajantes daquele período foi possível reunir um amplo material acerca da natureza, da sociedade e de seus costumes:

> A entrada de naturalistas no Brasil fortaleceu a imagem da natureza no Novo Mundo, traduzido na forma de um imperativo quase que insuperável pelo mundo cultural. Período de transformações, é o mundo físico e social, que foi objeto de estudo de inúmeros viajantes europeus, que incorporou o saber, o método, a epistême, bem como os preconceitos traduzidos na forma do etnocentrismo calcados na forma moderna de ver, qualificar, classificar e ordenar o mundo (FETZ, 2011, p. 42).

A passagem dos viajantes que estiveram em terras brasileiras durante o século XIX, resultou em rico acervo bibliográfico e historiográfico. Segundo Fetz (2011), esses relatos produzidos no decorrer das expedições científicas, surgem como ferramenta para a

compreensão crítica da ciência e da sociedade nos séculos XVIII e XIX.

O interesse em desvendar e divulgar o Brasil aos estrangeiros é, entretanto, bem mais antigo. A construção da *visão de mundo* em torno do país remete à própria colonização, nos idos de 1500 quando se tornou uma necessidade ocupar o território da colônia. Diferentemente desse momento anterior, no século XIX, as viagens resultaram em volumosa produção de material cartográfico, iconográfico, relatórios etc. As viagens nesse século estenderam-se e partiram de diversas nações europeias, entre as quais, França, Itália, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, especialmente aquelas que se encontravam em franco processo de industrialização e desenvolvimento. Cabe destacar que a construção da representação ou de um certo "imaginário" sobre o Brasil fortificou-se com os viajantes do século XIX no país.

Embora as produções dos viajantes naturalistas (ou não) sejam frequentemente caracterizadas como "literatura", seus escritos podem ser considerados verdadeiras contribuições científicas, marcas do cientificismo do século XIX:

> Antes de mais nada, convém constatar a extensão do campo dessa literatura. Ela aparece em livros muito extensos [...], em livros curtos [...], em artigos de revista e em manuscritos, guardados em diferentes arquivos e museus do mundo. Existe sob a forma de literatura para adultos e para crianças, como romance de aventuras, como literatura fantástica ou romance epistolar, havendo, na segunda metade do século XIX, reportagens jornalísticas e guias turísticos [...]. **Alguns desses livros são a correspondência dirigida à família ou aos amigos; outros, diários de viagem, escritos sem intenção de publicação, ou como apoio a um relatório posterior; outros, ainda, são memórias, guias comerciais e turísticos,**

> **relatórios científicos e mesmo álbuns de desenhos** (MOREIRA LEITE, 1997, p. 11, destaque nosso).

A variedade do material produzido reflete a dimensão das viagens realizadas e características dos numerosos viajantes que retrataram em seus textos e experiências em terras brasileiras. Em suas práticas, marcadas pela observação, descrição e classificação, os viajantes relatavam tanto aspectos naturais, quantos os de caráter social. Para facilitar a organização do material levantado durante a viagem, as etapas da mesma eram coligidas na forma de diário de campo, Moreira Leite o define como:

> instrumento de trabalho científico, realizado com vistas à elaboração de relatórios completos e minuciosos ou da publicação de livros, através do desdobramento da continuidade e do inter-relacionamento dos dados anotados apressadamente, como lembretes, e da organização lógica de seu conteúdo para um público mais amplo, mesmo que conserve a forma atraente do diário. Escrito para uso próprio, o diário de campo conserva a espontaneidade do pensamento ingênuo, que não entra em confronto com o leitor. A ausência de um público dispensa uma comunicação mais cuidadosa e mais conforme às convenções lingüísticas e científicas (MOREIRA LEITE, 1997, p. 45).

Esses diários serviam como registros para posteriores trabalhos e não se tinha necessariamente o interesse em publicá-los. A maioria deles, na verdade, como afirma Moreira Leite (1997) são registros imediatos e descontínuos das etapas da viagem que seriam posteriormente organizados para uma publicação formal.

Quanto à denominação de "viajantes", esses homens – e mulheres – deveriam ser estrangeiros (ou seja, não serem habitantes locais), com tempo de permanência limitado no local da viagem. A grande maioria se encaixava nesse perfil. Nem todos os viajantes, entretanto, eram naturalistas. Para serem assim tratados, deveriam dedicar-se à História Natural, a despeito dos demais que eram apenas viajantes e ocupavam cargos como oficiais, diplomatas, comerciantes, artesãos escritores, engenheiros e, que, em diversos casos, eram naturalistas amadores. Havia, portanto, uma variedade entre as modalidades de naturalistas e as especificidades de cada um deles (MOREIRA LEITE, 1997).

Na maioria das vezes a origem desses viajantes remetia às grandes potências imperialistas mundiais do século XIX e aquelas que abrigavam a centralidade das relações comerciais e industriais, tais como, Alemanha, Inglaterra, França – que procuravam se expandir por meio da conquista de novos mercados e territórios:

> A predominância de naturalistas do Reino Unido era de se esperar, dado o poder comercial e industrial da Grã-Bretanha, que promoveu a dispersão de um grande número de viajantes, tanto em fuga da Revolução Industrial das cidades, em busca de territórios em condições pré-capitalistas, como para a pesquisa de matérias-primas para as indústrias inglesas. O desenvolvimento de métodos modernos de ensino das regiões de língua alemã promoveu os institutos especializados que transformaram a Alemanha ainda dividida em um centro científico que fundamentará a sua industrialização [...]. O terceiro país de onde proveio grande número de cientistas foi a França. Havia os que estavam fugindo a perseguições políticas e os que vieram em missões oficiais dos grandes institutos criados pela Revolução Francesa (MOREIRA LEITE, 1997, p. 170-171).

Em número reduzido havia os viajantes norte-americanos, belgas, dinamarqueses, russos, italianos. A condição financeira que permitia acesso às comissões científicas ou financiamento para suas empreitadas, além do momento propício às viagens que vigorava no século XIX, tanto pelo interesse científico como pelo econômico, foram essenciais para impulsionar sua vinda ao Brasil.

Se a diversidade de sua origem não era considerável, em contrapartida, seus interesses eram diversos. Ainda que a missão educativa das viagens fosse frequentemente apontada como o real propósito das viagens, "[...] na primeira metade do século XIX, uma função educativa, assumida em relação ao país de origem e, depois, em relação ao Brasil. Na segunda metade, a difusão de jornais e revistas, de um lado, e as especializações científicas, de outro, vão incorporando as funções exercidas anteriormente pelo livro de viagem" (MOREIRA LEITE, 1997, p. 22). Havia uma série de indícios que ligavam os viajantes a questões econômicas e políticas – dentro do império português no século XIX, revelando relações internacionais que superavam o campo educacional ou "despretensiosamente" científico:

> Na visão dos impérios, a prática científica, a necessidade de conhecer o interior dos continentes, a estrutura biológica e social, poderiam associar-se à vontade de expansão dos impérios, cumprindo o trabalho logístico de conhecer e dominar. **A ciência, portanto, é instrumentalizada e, ao mesmo tempo em que contribuía para a expansão de um conhecimento objetivo, neutro, imparcial e sistemático sobre a realidade da natureza e da cultura, fomentou a expansão e o domínio territorial dos grandes impérios europeus** (FETZ, 2011, p. 46, destaque nosso).

O incentivo para as viagens viria, em grande parte, da própria Coroa Portuguesa e, posteriormente, do imperador Dom Pedro II, que, estando presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, manifestava interesse pelos empreendimentos científicos e, assim como ocorrera com as "entradas" realizadas no território da Colônia, as viagens objetivavam também (re)conhecer e mapear os recursos naturais e "humanos" existentes. Ressalta-se que, raras foram as iniciativas individuais para as expedições científicas, a grande maioria foi financiada especialmente pelas sociedades científicas da época:

> [...] se as viagens de circunavegação [viagem marítima em torno de um lugar, que pode ser uma ilha, um continente ou toda a Terra] foram fundamentalmente inciativas de caráter oficial, levadas a cabo com recursos dos tesouros estatais, as outras expedições tiveram outras modalidades de financiamento – houve os que viajaram e perderam a sua fortuna pessoal, mas a maior parte veio patrocinada pela nobreza de sua terra de origem, enquanto outros ainda foram contratados pelas autoridades portuguesas e brasileiras para a exploração mineral ou o incentivo à imigração. **Na segunda metade do século XIX, muitos deles já são membros de comissões científicas do país de origem, indicando a transferência das preocupações científicas de um mecenato aristocrático cosmopolita para instituições científicas ligadas direta ou indiretamente aos Estados** (MOREIRA LEITE, 1997, p. 166, destaque nosso).

Se o "incentivo" se iniciara com a vinda da família Real e a abertura dos Portos no início do século XIX, nos anos que se seguiram, a criação de institutos com fins científicos no Brasil abriu

as portas para a vinda de outros viajantes. Dentre os principais centros, destacam-se: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825); o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838); o Museu Paraense Emílio Goeldi (1871); a Comissão Geológica do Império (1875); a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886); e, a Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais (1892) (MOREIRA LEITE, 1997).

O reconhecimento dos viajantes no Brasil perpassa, inclusive, pela criação do cargo de "naturalista-viajante" em 1872, por Ladislau de Souza Mello Netto na época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, refletindo a preocupação com a formação do campo científico no país, recebendo "considerável atenção de historiadores preocupados com a institucionalização de disciplinas e de práticas científicas em diversos espaços, como agremiações, jardins botânicos, museus, escolas superiores, observatórios astronômicos e comissões de exploração do território" (SANJAD, 2011, p. 134).

O que se observa é que, tanto no período colonial como imperial, houve intensa valorização e promoção do trabalho científico dos viajantes – ainda que houvesse uma intencionalidade subjetiva como apontado anteriormente. Já no período republicano, deve-se dar destaque, por exemplo, à (re)conhecida Missão Cruls que, em 1892 foi criada pelo presidente Floriano Peixoto e liderada pelo belga Louis Ferdinand Cruls, com objetivo de demarcar a localização da área que abrigaria a nova capital do país:

> A importante ruptura política consumada com a quebra do pacto colonial e a elevação do Brasil a Reino Unido criou condições para a presença crescente de estrangeiros. Além disso, aproximações diplomáticas inéditas geraram missões oficiais compostas por cientistas e observadores políticos e

> econômicos conceituados. O período imperial, que consolida e amplia as novas relações internacionais brasileiras, vê a intensificação e diversificação das viagens (GODOY, 1996, p. 15).

O Brasil do século XIX passa, portanto, por um gradativo processo de abertura política, econômica e social que impulsionou a tentativa de se instalar em território nacional, um estilo de vida semelhante ao europeu. Com isso, houve novas possibilidades de inserção de hábitos, culturas e comportamentos trazidos pelos estrangeiros.

Para Sarat (2011), o olhar estrangeiro foi responsável por delinear a visão do Brasil na Europa que transitava entre concepções preconceituosas, quando comparada à "civilidade" europeia e registros deslumbrados com a exuberância da natureza. A autora ressalta ainda que, os registros de viagem destacam a "vocação civilizatória" dos europeus e, em contrapartida, criam estereótipos acerca da natureza e da diversidade natural.

Vocação esta que se colocava a serviço da ciência na tentativa de conciliar a *civilização* diante do que esse apresentava como extraordinário ou exótico. Godoy (1996), ao fazer tal afirmação, retoma Braudel que afirma que, apesar de desconhecer a origem do termo *civilização*, *civilizar* e *civilizado* são conhecidos desde os séculos XVI e XVII (BRAUDEL, 1978, p. 239 *apud* GODOY, 1996, p. 11).

A discussão em torno da civilidade diz respeito ao papel da ciência e à construção da ideia de modernidade. A linguagem científica, responsável por direcionar e permear os discursos produzidos por parte dos viajantes, é reflexo de uma construção concebida como *moderna*, fruto da sociedade europeia ocidental que reflete a visão de mundo da elite da época. Assim, o discurso científico produzido por grande parte deles, remete ao contexto de

consolidação do próprio capitalismo e de uma burguesia em gestação, em que, a ciência e a noção de civilidade[6] pertencem a uma concepção dominante. Afinal, "para o homem de ciência a situação às vezes se apresenta diferente. Sua tarefa essencial é chegar ao conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade" (GOLDMANN, 1976, p. 48).

A racionalidade moderna, construída sobre as bases do pensamento científico, pressupõe que haja uma civilidade característica de uma sociedade que seja representada, primeiramente como "civilizada", condição presente nos discursos dos viajantes e seus países de origem e, segundo sua visão eurocêntrica, ausente nos locais por eles visitados. Sobre essa lógica civilizacional, Habermas (2000) retoma Weber em sua "ética protestante" no sentido de que o sociólogo afirma que, "nem o desenvolvimento científico, nem o artístico, nem o político, nem o econômico seguem a mesma via de racionalização que é própria do Ocidente" (WEBER, 1973 *apud* HABERMAS, 2000, p. 03).

Oliveira (1990) reforça que o conceito de civilização, assim como o de cultura, está intensamente presente no debate ideológico do século XIX. Para a autora, o processo civilizatório apresenta-se como contínuo e cumulativo, passível de ser universalmente difundido. Portanto, a noção de avanço de uma sociedade sobre as demais representa uma clara expressão da consciência ocidental, em uma lógica semelhante àquela apresentada por Weber e corroborada por Habermas (2000).

No entremeio desse debate está a ideia de modernidade. É necessário que se retome o conceito primeiramente elaborado por

[6] "[...] o viajante traz a postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada por uma série de obstáculos linguísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado. Mesmo quando o viajante não pertence à nobreza ou à alta burguesia, identifica-se com a civilização europeia [sic] e seus padrões de avaliação dos homens [...]" (MOREIRA LEITE, 1997, p. 10).

Hegel, como aponta Habermas (2000) para que se possa compreender sua relação com a racionalidade. Esse conceito, portanto, foi historicamente delimitado por Hegel de "novos tempos" por volta de 1800 ao referir-se aos três séculos anteriores. Assim, a descoberta do "Novo Mundo", bem como, o Renascimento e a Reforma Protestante, são o "limiar" entre a época moderna e a medieval (HABERMAS, 2000).

A modernidade, que se caracteriza por um projeto em que a humanidade se coloca diante do desafio de "tomar as rédeas" de si própria, renunciando a toda explicação que foge ao estritamente humano, ou seja, explicações metafísicas e divinas, transformando-se em sujeitos pensantes, autônomos, emancipados e guiados por uma racionalidade pautada no conhecimento científico (MAYOS, 2004).

O Iluminismo, corrente ideológica que valoriza a racionalidade e a clareza disseminada no século XVIII, tendo como marco a Revolução Francesa, lançou mão de uma racionalidade científica pautada no empirismo e matematicamente estruturada. Para esta corrente, que tinha em Immanuel Kant seu principal representante, a razão deveria ser a faculdade mental valorizada, em detrimento das demais (HABERMAS, 2000).

Nessa corrente de pensamento, a humanidade deveria ser vista em sua unidade e coerência e o homem apenas poderia expressar-se de acordo com a racionalidade comum à própria humanidade (no caso a racionalidade ocidental cristã, dominante). Essa foi, inclusive, uma das principais críticas tecidas pelo movimento Romântico, de caráter idealista – pautado nas concepções de Herder – que apontava o Iluminismo como o responsável por estender o etnocentrismo a nível mundial – com as viagens, o colonialismo e a imposição europeia – fazendo com que todos os povos se identificassem com a "humanidade racionalmente dominante" e tomassem para si os seus valores (MAYOS, 2004).

Embora o Romantismo fosse o contraponto do Iluminismo, rompendo com o materialismo colocado para as ciências humanas e criticando o teor objetivo e analítico das ciências proposto pelo Iluminismo, ambos compartilhavam a concepção comum de que a essência da modernidade residia na emancipação e na regeneração da humanidade, desvinculando-se definitivamente do passado e construindo um novo tempo, chamado de *moderno* (MAYOS, 2004).

É nesse sentido que Habermas (2000) afirma que no século XVIII, juntamente com as expressões "modernidade" e "novos tempos" inserem-se significados, ainda válidos, tais como os de revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise etc. (HABERMAS, 2000, p. 11). A ciência cumpre, nesse aspecto, papel fundamental na construção da racionalidade moderna.

Cabe ressaltar aqui, o papel do movimento Romântico dentro da perspectiva da construção da ideia de modernidade. Tendo suas raízes na Alemanha do século XVIII, foi o chamado "*Sturm und Drang*" que se apresentou enquanto o primeiro grande surto romântico que "se produz dentro do complexo conglomerado de Estados que constituía naquela época o mundo alemão e que se caracterizavam por seu notável atraso social, econômico-liberal, científico e técnico" (MAYOS, 2004), trazendo para a discussão o conceito de "espírito nacional" ou "caráter nacional".

Na tradição romântica, portanto, a principal influência fundamental reside no pensamento de Herder e, ainda, no de "Schelling (1775-1861), Novalis (1772-1801), Fichte (1762-1829), A. W. Schlegel (1767-1845) e seu irmão, F. Schlegel [...] personagens centrais do [...] Romantismo, pilares do idealismo alemão nascente" (GOMES, 2007, p. 152).

As influências do movimento romântico perpassaram, inclusive, por alguns discursos notadamente científicos, como o caso de Alexander von Humboldt ou Carl Ritter. Uma vez que, como

afirma Capel: "a Gênese deste projeto intelectual humboldtiano deriva seguramente de três correntes de pensamento: duas delas científicas – a botânica e a geognosia – e uma terceira de caráter filosófico e literário – o idealismo e o romantismo alemão" (CAPEL, 1981 *apud* SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 07), e ainda, "Ritter, tendo vivenciado intensamente o processo de construção do romantismo em solo alemão, pôde partilhar das idéias centrais que tomaram o movimento, sobretudo na figura de Schelling" (CAPEL, 1981 *apud* SILVEIRA; VITTE, 2010, p. 10).

Nessa perspectiva, tomando por base as afirmações acima feitas por Capel (1981) e, ainda, por Moreira Leite (1997), identifica-se casos em que os discursos dos viajantes refletem interesses humanistas, fruto de uma "aura romântica" que os teria "afetado", citando o romance de Martius: *Frey Apollonio – um romance do Brasil*, como um discurso "à parte" que não encontrou espaço em suas produções sobre botânica, mas que revela seu contato com os indígenas e as relações interétnicas entre religiões e nações. Ou ainda, a produção de Alexander von Humboldt, naturalista, viajante e considerado o fundador da Geografia moderna alemã, que deixou refletir em suas obras traços do romantismo e da estética, como se discutirá adiante.

As influências presentes nos discursos dos viajantes advêm em grande parte, no entanto, de metodologias "estritamente" científicas, conforme o pensamento iluminista sob o qual o positivismo estava pautado, não se devendo desconsiderar, entretanto, demais possibilidades de conexão entre o seus discursos e outras correntes de pensamento vigentes na época.

Alexander von Humboldt, que inspirou diversas gerações de intelectuais e viajantes, servindo para "solidificar a ciência geográfica, em que foi dada atenção especial ao mundo tropical em função de recursos naturais, potencialidades paisagísticas e etnográficas" (VITTE, 2010b, p. 314) foi influenciado diretamente

pelo movimento romântico. Moraes (1983), aponta-o como sendo o mentor ou ao menos, o inspirador da maioria dos naturalistas que estudaram o Brasil. Humboldt, além de estar ligado ao planejamento das viagens de circunavegação e tendo aplicado o método comparativo que contribuiu com dados geográficos, astronômicos e oceanográficos, sugeriu também a viagem pelo interior dos continentes.

Ao ressaltar o fato de Goethe[7] ter sido citado em muitos trabalhos de Humboldt, sobretudo no *Cosmos*, Moraes (1989) aponta para a integração entre a ciência, a arte e a filosofia na obra humboldtiana: "podemos dar às descrições da natureza os contornos claros e todo o rigor da ciência, sem desprovê-las do sopro vivificante da imaginação" (HUMBOLDT *apud* MORAES, 1989, p. 105).

A distinção entre os discursos geográficos produzidos referentes às mais variadas reflexões acerca do espaço e da relação entre o homem e o meio em que vive já foi clarificada por Moraes (1988) em suas *Ideologias Geográficas*. O autor, distingue esses discursos ao apontar as especificidades do "horizonte geográfico", que se refere à geografia espontânea, do cotidiano; do "pensamento geográfico" que diz respeito aos discursos "formais" sobre o espaço e a superfície terrestre, tais quais, as reflexões filosóficas, literárias e de cunho cientifico e, por fim; o campo das "ideologias geográficas" que compondo uma classe mais restrita de discursos, refere-se àqueles de direcionamento político explícito.

Os relatos de viagem enquanto discursos formais que ao serem escritos com intencionalidades específicas – as mais variadas que remetiam à própria motivação da vinda dos viajantes ao Brasil –

[7] Além de se aventurar pelo campo das ciências naturais, Goethe foi uma das figuras mais importantes da literatura alemã e do movimento Romântico europeu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Juntamente com Friedrich Schiller, liderou o movimento literário *Sturm und Drang*.

compõe o campo do "pensamento geográfico", permitindo acesso e reflexão acerca de *visões de mundo* que extrapolam os discursos do campo disciplinar da geografia, indo na direção teórico-metodológica apontada por Moraes (1988).

As expedições científicas dos viajantes do período tiveram papel fundamental, pois, o momento foi fortemente marcado pelos ideais civilizatórios europeus[8]. Nesses termos, para a constituição do pensamento geográfico oficial, Freitas (2004) afirma que a sistematização da ciência geográfica no século XIX deve muito à prática dos viajantes, herdando da "história natural bem mais que simples métodos – descrição, classificação e comparação – mas que a extensão desses métodos ao tratamento do homem e das sociedades tornou efetivamente possível a construção de nosso próprio objeto" (FREITAS, 2004, p. 20).

Conforme destaca Moraes (2005, p. 12), todas as porções da superfície terrestre já eram conhecidas nesse período e os relatos de viagem serviam como "repositório de informações" sobre os mais diversos lugares do planeta, resultando "na formação de uma base empírica, para a comparação em Geografia".

O interesse expansionista das potências imperialistas implicava, nesse sentido, no reconhecimento e apropriação dos territórios coloniais e, diante da constante necessidade de conhecimento desses espaços de exploração, "Estados europeus vão incentivar o inventário dos recursos naturais, presentes em suas possessões, gerando informações mais sistemáticas, e observações mais científicas" (MORAES, 2005, p. 12).

[8] Assim esse começo do século XIX será mais do que nunca uma época da crença na civilização e no progresso, pois tal crença passa a fazer parte do imaginário de uma parte cada vez maior da sociedade européia [sic]. As ciências naturais se constituíam também como um campo de legitimação social e como uma atividade integrada a um projeto de afirmação da nacionalidade (FREITAS, 2004, p. 16).

Os relatos tornaram-se, desta feita, cada vez mais precisos e sistematizados, evoluindo de ocasionais às expedições científicas. Ademais, foram fundados institutos e sociedades geográficas nas metrópoles a fim de organizar o material recolhido. Assim, "a Geografia da primeira metade do século XIX foi, fundamentalmente, a elaboração desse material" (MORAES, 2005, p. 12).

O discurso produzido pelos viajantes foi essencial nesse processo, uma vez que, forneceu ao europeu, sobretudo, às grandes potências imperialistas do continente, uma *visão de mundo* bastante específica sobre o Brasil. Nessa condição, o país estaria fortemente atrelado ao fornecimento de matérias-primas, bem como, à ideia da natureza exuberante e da potencialidade econômica de seu território, ainda bastante inexplorado. Assim, resgatar a visão e o discurso dos viajantes é, antes de tudo, compreender a formulação de uma representação específica (ou um "imaginário") sobre o Brasil e, consequentemente, a sua identidade enquanto nação. Por outro lado, também é possível apreender os discursos que apresentavam o Brasil ao exterior, ou seja, uma representação que correspondia ao papel esperado da posição do país no *sistema-mundo*, pelo olhar do europeu, a uma imagem favorável à exploração das suas riquezas naturais e de suas potencialidades territoriais.

# REFERÊNCIAS

# REFERÊNCIAS

ANSELMO. R. C. M. S. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira Everardo Adolpho Backheuser** (Tese de Doutorado em Geografia). Rio Claro: Unesp, 2000.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

BARBOSA, S. C. "Interdisciplinaridade, ideologia e ciência". **Antítese, Marxismo e Cultura Socialista**, n. 4, 2007.

BARBOSA, T. **Estética Romântica Germânica e a Paisagem em Humboldt**: percurso da geografia (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2011.

BRANDÃO, E.; ARAÚJO, M. M. "Hasenclever: um olhar panorâmico sobre a paisagem oitocentista ou uma curiosa travessia do Rio de Janeiro a Minas Gerais". *In*: ALVES, D. B. (org.). **Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

BROWNE, J. E. **Charles Darwin**: viajando. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

CARNEIRO, H. "O múltiplo imaginário das viagens modernas: ciência, literatura turismo". **História: Questões e Debates**, vol. 6, 2001.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1990.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Editora Edições 70, 2015.

CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1956.

COSTA, W. P. "Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos". *In*: COSTA, W. P. **Intelectuais, sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

FETZ, M. "Expedições Científicas no Século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural". **Cadernos de Campo**, n. 14, 2011.

FIGUEIRÔA, S. F. M.; SILVA, C. P.; PATACA, E. M. "Aspectos mineralógicos das 'Viagens Filosóficas' pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX". **História, Ciências, Saude-Manguinhos**, vol. 11, n. 3, 2004.

FIGUEIRÔA, S. F. M. **Os Diários de Langsdorff**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

FRANÇA, J. M. C. "Nota introdutória". *In*: FRANÇA, J. M. C. **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

FREITAS, I. A. "A Geografia dos Naturalistas-Geógrafos no Século das Luzes". **Terra Brasilis**, vol. 6, 2004.

GERALDINO, C. F. G. **A questão da geografia na "origem das espécies" de Charles Darwin** (Tese de Doutorado em Geografia). Campinas: UNICAMP, 2016.

GODOY, M. M. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço**: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

GOLDMANN, L. **A Sociologia do Romance**. Rio de janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2007.

GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2017.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Editora Martins, 2000.

HAGUETTE, A. "Racionalismo e Empirismo na Sociologia". **Revista de Ciências Sociais**, vol. 44, n. 1, 2013.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

KOSSOY, B.; CARNEIRO, M. L. T. **Olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da USP, 1994.

LANGSDORFF, G. H. **Os Diários de Langsdorff**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

LEITE, I. B. **Negros e viajantes estrangeiros em Minas Gerais no século XIX** (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: USP, 1986.

LESSA, C. R. "Introdução". *In*: LESSA, C. R. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1978.

LISBOA, K. M. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MAGNOLI, D. **O corpo da Pátria**: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912). São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MAYOS, G. **Ilustración y Romanticismo**: Introducción a la polémica entre Kant y Herder. Barcelona: Editorial Herder, 2004.

MORAES, A. C. R. "A antropogeografia de Ratzel: indicações". *In*: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, A. C. R. "Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil". **Revista Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991.

MORAES, A. C. R. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: Pequena História Crítica. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

MOREIRA LEITE, M. L. "Mulheres viajantes no século XIX". **Cadernos Pagu**, n. 15, 2000.

MOREIRA LEITE, M. L. **Livros de Viagem (1803/1900)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MOTOYAMA, S. **Prelúdio para uma história**: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da USP, 2004.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Editora da USC, 1999.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

SANJAD, N. "'Ciência de potes quebrados': Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX". **Anais do Museu Paulista**, vol. 19, n. 1, 2011.

SARAT, M. "Literatura de viagem": Olhares sobre o Brasil nos registros dos Viajantes Estrangeiros". **Patrimônio e Memória**, vol. 7, n. 2, 2011.

SCHWARTZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Editora Cia das Letras, 1993.

SEIXO, M. A. **Poéticas da viagem na literatura**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

SILVEIRA, R. W. D.; VITTE, A. C. "debate e epistemologia na gênese da geografia moderna: pensamento e imaginação geográfica". **Anais do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Porto: Universidade do Porto, 2010.

SOUZA, R. L. **O paraíso precisa ser modernizado**: os viajantes do século XIX e a identidade nacional. Uberlândia: Editora da UFU, 2014.

VITTE, A. C. "Kant, Goethe e Alexander Humboldt: Estética e paisagem na gênese da geografia física moderna". **Revista Acta Geografia**, n. 8, 2010a.

VITTE, A. C. "Natureza, Imaginação e Política na Geografia Francesa: construção da imagem de mundo tropical e de tropicalidade". **Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura**, n. 11, 2010b.

WULF, A. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Editora Planeta, 2016.

# SOBRE A AUTORA

# SOBRE A AUTORA



**Kárita de Fátima Araújo**

Professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso e atua como professora substituta na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), concluiu o mestrado em Geografia em 2014 e Doutorado em Geografia em 2019 pela mesma instituição. Possui publicações e interesse na área de pensamento geográfico e história da Geografia.

*E-mail para contato*: karitafaraujo@hotmail.com

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

# CONTATO

**EDITORA IOLE**

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024